



RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO - ANÁLISE DE DEFESAS

| | |
|-----------------------------|---|
| PROCESSO | 151700/2017 |
| ASSUNTO | Tomada de Contas |
| PROCEDÊNCIA | Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT |
| OBJETO | Irregularidades constatadas na formalização e execução dos Contratos n.ºs. 29/20146 e 31/2016 |
| REPRESENTADOS | Hugo Garcia Sobrinho – Ex-Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato Artêmio Spyerreck – Presidente da Comissão de Licitação Jenifer Lohmann – Chefe do Departamento de Licitações Rafael Campos Moraes – Repres. da Empresa José Osvaldo da Silva Cia Ltda José Osvaldo da Silva – Repres. da Empresa José Osvaldo da Silva e Cia Ltda Ariana Dias Liu Kringges – Fiscal da Obra |
| RELATOR | Conselheiro Interino Isaías Lopes da Cunha |
| EQUIPE TÉCNICA ¹ | Mara de Castilho Varjão A. Pinheiro – Auditor Público Externo Nilson José da Silva – Auditor Público Externo Sílvia Silva Júnior - Auditor Público Externo - Supervisor |

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator,

Tratam-se, os autos de Tomada de Contas, inicialmente autuada como Representação de Natureza Interna em desfavor da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato-MT, referente a irregularidades na formalização e execução dos Contratos n.ºs. 29/2016 e 31/2016 que têm como objeto, respectivamente, a *Contratação de Empresa para Execução de Reforma no Pórtico de Santa Rita do Trivelato-MT* e a *Contratação de Grama na Unidade Básica de Saúde da Comunidade Pacoval*, no mesmo Município.

- IC n.º 29/2016 que teve como objeto contratação de empresa para execução de reforma no Pórtico de Santa Rita do Trivelato - MT.

Valor do Contrato após acrescido o primeiro termo aditivo: R\$ 144.345,37 (cento e quarenta e quatro mil, trezentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos)

Contratada: J PAULINO CONSTRUTORA LTDA – ME

¹ Ordem de Serviço n.º 06834/2019 - Conex-e



- IC n.º 31/2016 que teve como objeto contratação de empresa especializada para a execução de Calçada, Instalação de Refletores e Plantio de Grama na Unidade Básica de Saúde da Comunidade Pacoval em Santa Rita do Trivelato-MT.

Valor do Contrato: R\$ 12.378,89 (doze mil, trezentos e setenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

Contratada: JOSÉ OSVALDO DA SILVA E CIA LTDA

Retornam os autos à Secretaria de Controle Externo de Obras e Infraestrutura para análise das defesas apresentadas pelas partes responsabilizadas nos autos, em face dos achados apresentados no relatório técnico preliminar - Doc. 229275/2018 Control-P.

1. BREVE SÍNTESE DOS AUTOS

Inicialmente autuada como Representação de Natureza Interna proposta pela Secex de Obras e Infraestrutura, após apresentação do Relatório Técnico Preliminar e pedido feito pela própria Equipe Técnica, foi emitida decisão, por parte do Conselheiro Relator, determinando a conversão da Representação de Natureza Interna em Tomada de Contas Ordinária.

Como este Processo n.º 151700/2017 de Tomada de Contas envolve 2 (dois) contratos, a disposição dos achados no relatório preliminar foi apresentada da seguinte forma:

a. No item 2 discorre-se sobre os achados da reforma do pórtico de Santa Rita do Trivelato – MT (Contratos n.ºs. 25/2016 e 29/2016) no qual foram constatados:

- Descumprimento do art. 38 da Lei n.º 8666/93 em análise do edital de licitação da tomada de preços n.º 005/2016 (item 2.1.1.1 do relatório preliminar – Doc. Control-P n.º.229275/2018);



- Ausência de parecer jurídico emitido pela assessora jurídica da Administração (item 2.1.1.2 do relatório preliminar – Doc. Control-P nº.229275/2018);
- Adjudicação do objeto e homologação do certame contendo propostas de preços com flagrante ilegalidade (item 2.1.1.3 do relatório preliminar – Doc. Control-P nº.229275/2018);
- Celebração do contrato nº. 025/2016 com flagrante ilegalidade (item 2.2.1.1 do relatório preliminar – Doc. Control-P nº.229275/2018);
- Dispensa indevida da licitação (item 2.3.1.1 do relatório preliminar – Doc. Control-P nº.229275/2018);
- Contratação da empresa J. Paulino Construtora Ltda – ME sem a realização do procedimento licitatório (item 2.4.1.1 do relatório preliminar – Doc. Control-P nº.229275/2018);
- Inexistência de medições atestando a execução do serviço referente ao Contrato nº. 29/2016 (item 2.6.1.1 do relatório preliminar – Doc. Control-P nº.229275/2018).

b. No item 3 discorre-se sobre os achados da obra de execução de calçada, instalação de refletores e plantio de grama na unidade básica de saúde da comunidade de Pacoval em Santa Rita do Trivelato – MT (Contrato nº. 31/2016), no qual constatou-se:

- Parecer jurídico da dispensa de licitação nº. 011/2016 sem identificação, emitido por pessoa estranha ao quadro da Administração Municipal (item 3.1.1.1 do relatório preliminar – Doc. Control-P nº.229275/2018);
- Superfaturamento por quantidade decorrente de pagamentos por serviços não executados e/ou executados em quantidades inferiores (item 3.2.3.1 do relatório preliminar – Doc. Control-P nº.229275/2018).

Efetuada as citações, em consonância com o Princípio do Contraditório e Ampla Defesa, foram juntadas, aos autos, as manifestações de defesas do Sr.



Artêmio Spyperreck (Presidente da Comissão de Licitação), Sra. Jenifer Lohmann (Chefe do Departamento de Licitações) e Sr. Hugo Garcia Sobrinho (ex-Prefeito Municipal).

Contudo, após a manifestação das partes citadas, a Equipe Técnica da Secex de Obras e Infraestrutura, sem adentrar ao mérito das análises das defesas apresentadas, pugnou pela citação da Sra. Ariana Dias Liu Kringges (fiscal da obra), Sr. Rafael Campos Moraes e Sr. José Osvaldo da Silva (ambos representantes da empresa José Osvaldo da Silva e Cia Ltda) que, após citação, se mantiveram em silêncio, motivo pelo qual o Exmo. Conselheiro Relator declarou à revelia dos referidos citados (Doc. 124299/2019, 128231/2019 e 128232/2019 – Control-P).

Ato subsequente, o Conselheiro determinou a notificação destes três revéis para apresentação de alegações finais que, novamente, não se manifestaram nos autos (Doc. 139959/2019).

Embora tenha sido determinado o encaminhamento dos autos ao Ministério Público de Contas para análise e parecer, como medida saneadora, o *Parquet* de Contas, no uso de suas atribuições constitucionais, converteu a elaboração do Parecer em Pedido de Diligência (Doc. Control-P nº.157205/2019), em cumprimento ao disposto nos arts. 137-A, III c/c 139, §2º e 3º, ambos do Regimento Interno desta Corte, a fim de que os autos retornassem, primeiramente, à Secex de Obras e Infraestrutura para a análise das defesas e elaboração do Relatório Técnico Conclusivo e posterior encaminhamento ao Ministério Público de Contas para parecer.

1.1 DA CITAÇÃO DAS PARTES

Para melhor contextualização das citações, defesas apresentadas e declarações de revelia dos responsabilizados, elaborou-se o quadro a seguir:



| Responsáveis/Cargo | Ofício de citação/data/Decisão de revelia | Doc. Control- P | Defesa doc. Control-P | Aviso de Recebimento - AR |
|---|--|--------------------------|-------------------------|---------------------------|
| Artêmio Spyperreck (Presidente da Comissão de Licitação) | 1350/2018 em 28.11.2018 | 236981/2018 | 249725/2018 | 237593/2018 |
| Jenifer Lohmann (Chefe do Departamento de Licitações) | 1351/2018 em 28.11.2018 | 236985/2018 | 248788/2018 | 237594/2018 |
| Hugo Garcia Sobrinho (ex-Prefeito Municipal) | 1345/2018 em 27.11.2018 e 45/2018 em 24.01.2019 | 236578/2018 | 27328/2019 e 29461/2019 | 10415/2019 |
| Ariana Dias Liu Kringges (fiscal da obra), | 305/2019 em 25.03.2018 128232/2019 (decisão de declaração de revelia) | 59898/2019 77057/2019 | - | 76472/2019 (ausente) |
| José Osvaldo da Silva Cia Ltda | 1352/2018 em 28.11.2018 | 237049/2018 | - | - |
| José Osvaldo da Silva (representante da Empresa José Osvaldo da Silva e Cia Ltda) | 307/2019 em 25.03.2019 128231/2019 (decisão de declaração de revelia) | 59928/2019 82112/2019 | - | 76471/2019 (Mudou-se) |
| Rafael Campos Moraes (representante da Empresa José Osvaldo da Silva e Cia Ltda) | 306/2019 em 25.03.2019 124299/2019 (decisão de declaração de revelia) | 59858/2019 82111/2019 | - | 76473/2019 (Mudou-se) |

Verifica-se que as partes responsabilizadas foram citadas e apresentaram defesas, à exceção da Sra. Ariana Dias Liu Kringges (fiscal da obra), do Sr. Rafael Campos Moraes e do Sr. José Osvaldo da Silva (ambos representantes da empresa José Osvaldo da Silva e Cia Ltda), que não se manifestaram e foram declarados revéis, de acordo com o Parágrafo Único do artigo 6º da Lei Complementar nº 269/2007, c/c o artigo 140, § 1º, da Resolução nº 14/2007.

Seguindo orientação e conforme Modelo de Relatório de Auditoria de Conformidade Conclusivo desta Corte de Contas, será reproduzido o relatório preliminar de modo a contextualizar as manifestações dos interessados, apresentado em cor esmaecida (cinza) para diferenciar da análise e conclusão desta Equipe Técnica.



Caracterizadas as citações das partes, nos termos regimentais, passa-se às análises das defesas apresentadas.

2. DA ANÁLISE DAS DEFESAS – OBRA DE REFORMA DO PÓRTICO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT (Doc. 229275/2018 - Control-P)

2.1. DA ANÁLISE DO CERTAME LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº. 005/2016

A obra de reforma no pórtico de Santa Rita do Trivelato-MT foi objeto do procedimento licitatório modalidade Tomada de preços nº 05/2016 conduzida pela Comissão Permanente de Licitação do Município de Santa Rita do Trivelato-TP, assim composta: Artêmio Syperreck (presidente), Arlito Francisco da Silva (secretário), Arilson Aniceto da Silva Fonseca (membro), Dieniffer Moura da Silva (membro) e Pierre Francis Haubrickt (membro), comissão nomeada pela Portaria .º 007/2016 de 07.01.2016.

Da análise procedida pela equipe técnica da SECEX – Obras e Infraestrutura foi possível constatar que os registros documentais do processo de licitação, ainda que possuam numeração, não foram devidamente autuados, protocolados e ainda, não seguiram a ordem sequencial do procedimento administrativo, conforme exigência do artigo 38, da Lei nº 8.666/93.

Verificou-se, ainda, que em atenção ao que estabelece o parágrafo único, do artigo 38, da Lei de Licitações, juntou-se nos autos do processo licitatório um documento em duas laudas, intitulado “Parecer Jurídico”, manifestando favoravelmente ao conteúdo do certame da Tomada de Preço n.º 005/2016. Entretanto, o referido “Parecer” não contém data e nem assinatura do Assessor Jurídico responsável pela emissão do documento, conforme demonstra abaixo:



PREFEITURA
MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

CPL/SRT/MT
FOLHA
Nº
011

Em análise à Minuta de Contrato, verifica-se que estão presentes todas as cláusulas necessárias, elencadas pelo Artigo 55 da lei 8666/93, estando em conformidade com a Legislação em vigor.

Feitas as observações pertinentes, conclui-se que, do ponto de vista jurídico, até o presente momento, conforme consta dos autos não há óbice à viabilização do Processo Licitatório pretendido, estando preenchidos os requisitos do Art. 40 da lei 8666/93 e demais Legislações pertinentes.

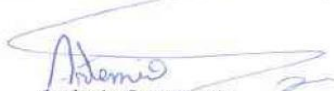
Como conclusão, fica o parecer favorável à realização para os fins aqui estabelecidos.


Este é o parecer, s.m.j. ficando, no entanto, submetido à apreciação do Senhor Prefeito Municipal para quaisquer considerações, com ênfase no sentido de que o Processo em apreço encontra-se, portanto, dentro das formalidades legais até o presente momento, conforme consta dos autos.

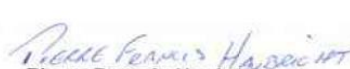
Assessoria Jurídica Municipal

Em 30 de junho de 2016, realizou-se a Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas, conforme Ata de Abertura e Julgamento transcrita a seguir:

Aos trinta dias do mês de junho de 2016, às 09 horas na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT fizeram-se presentes o Presidente da CPL, membros e assessoria jurídica abaixo assinados, para analisarem e receberem propostas referentes à Tomada de Preços nº 005/2016, que trata do objeto acima descrito. Manifestou interesse na participação as empresas **EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, localizada na cidade de Nova Mutum – MT, na Rua das Prímulas, 2066W, Bairro Bela Vista, CNPJ: 21.428.665/0001-70, e **J. PAULINO CONSTRUTORA LTDA – ME**, localizada na cidade de Nova Mutum – MT, na Rua das Sete Copas nº 2004W, bairro Jardim Imperial, CNPJ: 18.318.757/0001-93, ambas através de protocolo dos envelopes na Recepção. Inicialmente foram abertos os envelopes nº 01 (Documentos de Habilitação), vistados pela Comissão, constatando-se que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos no edital, declarando-se as mesmas **HABILITADAS**. Seguiu-se, portanto, à segunda fase da sessão, com abertura da proposta de preço. Em análise às propostas apresentadas constatou-se que as mesmas atenderam aos requisitos editalícios, de modo que a empresa **EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, CNPJ: 21.428.665/0001-70, sagrou-se vencedora com proposta no valor de **R\$126.697,14 (cento e vinte e seis mil seiscientos e noventa e sete reais e quatorze centavos)**. Nada mais havendo, a Comissão de Licitação declara encerrada a sessão, às 09h15min, da qual para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada pelos Membros da Comissão de Licitação.


Artêmio Syperreck
Presidente da CPL


Arlito Francisco da Silva
Secretário


Pierre Francis Haubricht
Membro



A referida ATA registrou o comparecimento das empresas J Paulino Construtora Ltda-ME e Exata Construções e Serviços Eireli, ambas habilitadas.

Na análise das propostas, a empresa J PAULINO CONSTRUTORA LTDA – ME apresentou o valor global de R\$ 126.712,25.

Já a proposta da empresa EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, mostrou-se inconsistente, como se verá a seguir:

- a) A planilha orçamentária, documento integrante da proposta de preços, trouxe o valor global para a execução do objeto no montante de R\$ 126.697,14 conforme consta às fls. 150 do procedimento licitatório;

| Composição 05 | LETRAS CAIXA EM CHAPA GALVANIZADA ALTURA DE 85CM | und | 40,00 | 114,81 | 147,35 | 5894,00 | |
|---------------|--|--|----------------------------|--------|--------|------------|---------|
| 2.2.8 | Composição 06 | LETRAS CAIXA EM CHAPA GALVANIZADA ALTURA DE 25CM | und | 23,00 | 36,98 | 11,30 | 1631,00 |
| | | | TOTAL | | | 48247,45 | |
| | | | TOTAL DA REFORMA DO RÓTICO | | | 12.497,55 | |
| | | | TOTAL DA OBRA>>> | | | 126.697,14 | |

Já mais para o momento, retransmito nossos votos de estima e apreço.
Atenciosamente,
NOVA MUTUM, 30 DE JUNHO DE 2016

Eng. Jonata A. Morch
Engenheiro Civil JONATA A. MORCH - CREA REG. NACIONAL 170486-0
MT015418 - (CREA EXATA CONSTRUTORA)
Exata Cons. Serv. Eireli
Eng. Jonata A. Morch
CREA RN 120051978-0

DADOS DA EMPRESA:
CNPJ: 08220903/0001-23
Ins. Estadual: 129.238.067
Endereço: Rua das Suopiras, 225W Bela Vista, Nova Mutum/MT
CEP: 78.450-000
Tel: (65) 3508-4237
Contatos: jonata@exatamt.com.br

DADOS BANCÁRIOS:
BANCO DO BRASIL
AGÊNCIA: 3228-X
CONTA CORRENTE: 20731-4
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS
PRAZO DA OBRA: 60 DIAS

- b) Já no ofício que encaminhou a proposta, registrando entre outras obrigações assumidas pela empresa o valor global proposto por ela para executar o objeto o valor de R\$ 126.745,98, conforme consta expressamente em documento apresentado pela referida empresa, às fls. 151 dos autos do procedimento licitatório.



A
Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT

Ref.: Proposta de Preços – Tomada de Preços nº 005/2016

A empresa **EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI** inscrita no CNPJ sob o número 08.220.663/0001-23, I.E. 13323806-7 com sede na Rua das Sucupiras, 225W, Bairro Bela Vista, no município de Nova Mutum – MT, telefone 065 3308 4237, em atenção Edital da Tomada de Preços Nº 005/2016, e na forma do ANEXO XII, vem por meio desta declarar que:

a) O prazo de validade da presente Proposta Comercial é de 60 (sessenta dias), a contar da data de abertura da licitação;

b) O prazo de execução dos serviços é de 90 (noventa) dias, Declara que a proponente executará a obra no prazo proposto, submetendo-se na forma da lei.

c) O valor total proposto para execução dos serviços licitados de que trata o processo licitatório através da Tomada de Preços 005/2016 é de **R\$ 126.745,98 (Cento e vinte e seis mil setecentos e quarenta e cinco reais e noventa e oito centavos)**, conforme detalhado na Planilha de Preços.

d) estão incluídos todos os insumos, matérias primas, impostos, taxas, fretes, seguros, salários, encargos sociais, previdenciários e quaisquer outras incidências diretas e indiretas que possam ocorrer;

e) A Licitante e seu responsável técnico conhece o projeto básico a executar e que se responsabilizará, para os efeitos legais, pela boa qualidade de sua execução.

Pelo que se constata nos quadros anteriores, houve um erro material da empresa Exata Construções e Serviços Eireli ao encaminhar a sua proposta. Enquanto a planilha orçamentária da empresa apresenta um valor global de R\$ 126.697,14, o Ofício que encaminhou a proposta, fez referência ao valor global de R\$ 126.745,98. Ou seja, uma diferença a maior R\$ 48,84 entre o valor do Ofício e o que consta na proposta.

Esse erro material feriu de morte a lisura do procedimento licitatório uma vez que a Comissão de Licitação, ignorando o fato irregular declarou vencedora a empresa Exata, considerando como legítimo o menor preço apresentado por esta, qual seja, R\$ 126.697,14 (cento e vinte e seis mil seiscentos e noventa e sete reais e quatorze centavos).

Agrava, em muito, a situação de ilegalidade no procedimento licitatório quando se observa que considerando o valor registrado no ofício, R\$ 126.745,98, a empresa com a melhor proposta seria a J PAULINO CONSTRUTORA LTDA – ME, que se propôs executar o objeto pelo valor global de R\$ 126.712,25.

Em 30.06.2016, conforme consta às fls. 187 do procedimento licitatório, o objeto foi adjudicado à empresa Exata Construções e Serviços Eireli, desta feita pelo maior valor apresentado por esta, qual seja, R\$ 126.745,98, divergente do valor que consta na ata de sessão de abertura da tomada de preço, conforme segue:



TERMO DE ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA NO PÓRTICO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT.

O Pregoeiro, instituído pela Portaria nº 007/2016, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e Lei 10.520/02, **ADJUDICA** o objeto do certame à empresa:

➤ **EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ: 21.428.665/0001-70 pelo valor de R\$126.745,98 (cento e vinte e seis mil setecentos e quarenta e cinco reais e noventa e oito centavos).**

Santa Rita do Trivelato – MT, 30 de junho de 2016.

Fato seguinte, o resultado da TP nº 005/2016 foi homologada pelo Prefeito Municipal, pelo valor de R\$ 126.745,98 e, posteriormente o Contrato foi assinado pelo mesmo valor.

Diante dessa irregularidade, não sendo considerado o valor global que constava na planilha orçamentária da empresa Exata, o preço considerado (R\$ 126.745,98) foi superior ao preço da empresa J Paulino Construtora Ltda – ME, que apresentou o preço global de R\$ 126.712,25.

2.1.1. ACHADO 1 - Descumprimento do artigo 38 da lei nº 8.666/93.

2.1.1.1 Irregularidade: GB 13. Licitação Grave. Ocorrência de irregularidades nos procedimentos licitatórios (Lei 8.666/1993; Lei 10.520/2002; legislação específica do ente).

2.1.1.1.1. Descrição do achado

O Processo Licitatório da Tomada de Preço n.º 005/2016 não foi devidamente autuado, conforme determina o caput do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93.

2.1.1.1.2. Situação encontrada

Os documentos que instruíram o procedimento licitatório foram disponibilizados à Equipe Técnica individualmente, não estando, como determina a legislação, devidamente reunidos em processo administrativo.

O art. 38, *caput*, da Lei nº 8.666/1993, fixa o procedimento que deverá ser adotado nas licitações, fixando:



Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente: (GRIFEI)

Ante o exposto, extraem-se reais efeitos de vícios que corrompem e comprometem a lisura do processo licitatório. Portanto, o achado de auditoria descrito neste tópico deverá ser objeto da manifestação do agente público a seguir responsabilizado uma vez que, caso não seja devidamente justificado, poderá ser classificado como irregularidade no ato de gestão, conforme disposições da Resolução Normativa nº 17/2010-TCE/MT.

2.1.1.1.3. Objeto

Procedimento Licitatório da Tomada de Preço n.º 005/2016

2.1.1.1.4. Critérios de auditoria

- ✓ art. 38, *caput*, da Lei. 8.666/93;
- ✓ art. 4º Parágrafo Único da Lei 8.666/93;
- ✓ Resolução de Consulta n.º 17/2009 TCE/MT

2.1.1.1.5. Evidências

Ausência de processo administrativo devidamente autuado.

2.1.1.1.6. Efeitos

Possibilidade de alterações indesejáveis no tramite processual decorrentes de erros e/ou inserções inadequadas de documentos e informações.

2.1.1.1.7. Responsável:

❖ Sr. ARTÊMIO SPYPERRECK – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Conduta: Conduzir o procedimento licitatório sem que o correspondente processo tivesse sido devidamente autuado, protocolado e numerado.

Nexo de causalidade: O Sr. Artêmio Spyperreck (Presidente da Comissão) favoreceu a ocorrência de irregularidades no processo ao permitir a condução do referido



procedimento licitatório sem que o mesmo estivesse devidamente autuado, protocolado e numerado.

Culpabilidade: Era de se esperar que o Sr. Artêmio Spyperreck, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Licitações, somente desse prosseguimento do referido certame licitatório, após atendidas as exigências previstas na Lei 8.666/93, observando, inclusive, se o procedimento licitatório estava devidamente autuado formalmente, e se havia sido devidamente aprovado e deliberado pela Assessoria Jurídica Municipal.

2.1.1.1.8 Síntese da defesa do Sr. ARTÊMIO SPYPERRECK (Doc. 249725/2018- Control-P)

Cargo: Presidente da Comissão de Licitação

O Presidente da Comissão de Licitação refuta a irregularidade apontada, alegando que o processo licitatório foi iniciado com a abertura de processo administrativo devidamente autuado, enumerado e com a autorização do gestor para a sua abertura, indicação do objeto e indicação do recurso para a despesa.

Encaminha o processo da Tomada de Preço nº. 005/2016 em anexo à defesa apresentada e informa que:

A Licitação Tomada de Preço n 005/2016, segue integralmente anexado a este processo, onde possui comunicação interna do gestor público a comissão permanente de licitação para a realização de contratação de empresa para a reforma do pórtico da cidade **fls. 04 do certame, em anexo, e fls. 32 da presente defesa.**

A Justificativa do gestor Municipal para a contratação de empresa para a reforma do pórtico se encontra nas **fls. 05 do certame em anexo, e fls. 33 da presente defesa.**

A Autorização do Prefeito Municipal para a abertura do processo licitatório encontra-se enumerada e assinada, **fl. 06 do processo licitatório, e fls 34 da presente defesa, segue em anexo.**

Ante isso, o Departamento de licitação encaminhou ao departamento de contabilidade uma comunicação interna para a possibilidade de recurso para a contratação de empresa para atender a administração pública e assim, contratar empresa para a reforma do pórtico da cidade, **fls. 07 do certame, e fls. 35 da presente defesa, em anexo.**

O Departamento de Contabilidade respondeu a comunicação interna, informa a disponibilidade de recurso par a contratação do objeto da Licitação, encaminhando as **dotações orçamentárias, fls. 08 do certame, e fls 36 da presente defesa.**

O Edital da Licitação tomada de preço n. 005/2016, segue junto ao certame, **fls. 12 a 23 da licitação, e fls 40 á 51 da presente defesa, que segue acostada a defesa, conforme determina o inciso I da Lei 8.666/93, segue em anexo.**



O contrato da licitação também segue no processo licitatório como determina o inciso X do artigo 38 da Lei 8.666/1993, nas fls. de n. 24 a 31 do certame, e fls. 51 á 58 da presente defesa..

O ato de designação da comissão de licitação, conforme determina o inciso III do artigo 38 da Lei 8.666/1993, também esta no processo licitatório fls. 03 da Licitação Tomada de Preço n. 005/2016, e fls. 31 da presente defesa. em anexo.

Bem como também contam no certame as planilhas orçamentárias, projetos, memorial descritivo da obra.

A Publicação do Certame foi realizada no Jornal Oficial do Municípios do Estado de Mato Grosso, conforme fls. 78 do Certame, e fls.104 da presente

O Termo de Homologação da Licitação foi também devidamente realizado fls. 155 do certame e fls. 179 da presente defesa, segue anexo.

Sendo o resultado da Licitação devidamente publicado, fls. 156 do certame e fls. 180 da presente defesa, em anexo.

A defesa ressalta que o art. 38 da Lei nº. 8.666/93 possui 12 incisos e que a Equipe Técnica não apontou quais foram os incisos descumpridos e que se os argumentos da defesa não forem suficientes, requer que sejam apontados quais os itens não cumpridos, em exercício ao direito ao contraditório à ampla defesa.

2.1.1.1.9 Análise de Defesa - Sr. ARTÊMIO SPYPERRECK

A irregularidade apontada ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL foi a de conduzir o procedimento licitatório sem o processo devidamente atuado, visto que os documentos que instruíram o procedimento licitatório foram disponibilizados à Equipe Técnica individualmente, não estando, como determina a legislação, devidamente reunidos em processo administrativo.

Ainda que o Presidente da CPL alegue que o procedimento licitatório foi iniciado com a abertura de processo administrativo devidamente atuado, na ocasião da visita *in loco* da Equipe Técnica, restou constatado que os documentos não estavam atuados em um processo, mas sim, disponibilizados em folhas avulsas que comprometiam, inclusive, a lisura do procedimento.



Em momento posterior, a documentação foi disponibilizada à equipe técnica devidamente paginada, conforme Anexo 8 do Relatório Técnico (Doc. Control-P nº. 228910/2018).

Porém, é possível verificar a persistência de falhas procedimentais como por exemplo a ausência de assinatura no Parecer Jurídico (Fls. 10/11 do Doc. nº 228910/2018 – Control-P).

Entretanto, considerando que a Ausência de Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica da Administração nos autos do processo licitatório da Tomada de Preços nº 5/2016 foi relatado no achado 2, **conclui-se pelo afastamento da irregularidade referente ao Achado 1 - Descumprimento do artigo 38 da lei nº 8.666/93 (Irregularidade GB_13 Licitação Grave) evitando-se impor sanções sobre o mesmo fato (*bis in idem*).**

2.1.1.2. ACHADO 2 - Ausência de Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica da Administração nos autos do processo licitatório da Tomada de Preços nº 5/2016.

Irregularidade: GB99. Licitação Grave - Irregularidade referente à Licitação, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010. (Descumprimento do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993).

2.1.1.2.1. Descrição do Achado

Ausência de Parecer Jurídico emitido por assessoria jurídica da Administração nos autos do processo licitatório da Tomada de Preço n.º 005/2016, contrariando o disposto no parágrafo único do art. 38 da lei 8.666/93.

2.1.1.2.2. Situação Encontrada

Durante análise dos autos do processo licitatório TP n.º 005/2016, a equipe desta SECEX-Obras constatou às fls. 010 a existência de um documento intitulado de “parecer jurídico da Assessoria Jurídica Municipal”. Nesse documento não consta data, nem assinatura do emissor, ademais foi redigido de forma genérica, fazendo constar ao final apenas a subscrição “Assessoria Jurídica Municipal”.



Trata-se, portanto, de um documento sem qualquer valor jurídico, sendo em seu inteiro teor, um DOCUMENTO INEXISTENTE.

Assim, mesmo sem assinatura da Assessoria Jurídica da Administração a Comissão de Licitação deu prosseguimento ao certame licitatório.

Ante o exposto, extraem-se reais efeitos de vícios que corrompem e comprometem o processo licitatório. Portanto, o achado de auditoria descrito neste tópico deverá ser objeto da manifestação do agente público a seguir responsabilizado uma vez que, caso não seja devidamente justificado, poderá ser classificado como irregularidade no ato de gestão, conforme disposições da Resolução Normativa nº 17/2010-TCE/MT.

2.1.1.2.3. Critérios de Auditoria

- ✓ art. 38, inc. VI da Lei nº 8.666/93;
- ✓ Acórdão n.º 1.944/2014 do Tribunal de Contas da União;
- ✓ Acórdão 265/2010 do Tribunal de Contas da União; e,
- ✓ Acórdão n.º 1.944/2014 do Tribunal de Contas da União.

2.1.1.2.4. Evidências

- ✓ Processo da Licitação de Tomada de Preço n.º 005/2016.

2.1.1.2.5. Efeitos

A Administração Municipal ao dar continuidade ao processo licitatório desprovido de parecer jurídico prévio, a respeito da TP n.º 05/2016 e da Dispensa de Licitação, além de descumprir as exigências do art. 38 § único da Lei n.º 8.666/93, possibilitou a ineficácia da fiscalização do certame licitatório.

2.1.1.2.6. Responsáveis

❖ HUGO GARCIA SOBRINHO – Ordenador de Despesas (ex-Prefeito Municipal)

Conduta: Permitir o prosseguimento de procedimento licitatório sem a existência de Parecer Jurídico prévio, aprovando a minuta do Edital e seus anexos, conforme exigência do art. 38, § único da lei 8.666/93.

Nexo de Causalidade: A omissão do Sr. Hugo Garcia Sobrinho, ex-Prefeito Municipal, permitiu o prosseguimento da Tomada de Preço n.º 005/2016 sem que o Edital e



seus anexos tivessem sido devidamente analisados pela assessoria jurídica da Administração Municipal, conforme estabelece o art. 38, § único da Lei 8.666/93.

Culpabilidade: Era de se esperar que o Sr. Hugo Garcia Sobrinho, na qualidade de Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato e de autoridade homologadora do certame, permitisse somente o prosseguimento de certames licitatórios que estivessem de acordo com a Lei 8.666/93, observando, inclusive, se o procedimento licitatório foi previamente examinado e aprovado pela Assessoria Jurídica Municipal.

2.1.1.2.7 Síntese da defesa do Sr. HUGO GARCIA SOBRINHO

(Doc. 29461/2019- Control-P e Doc. 27328/2019 Control-P)

Cargo: Ordenador de despesas

O Sr. Hugo Garcia Sobrinho apresenta a Defesa protocolada nesta Corte de Contas sob dois números: Doc. Control-P nºs. 29461/2019 e 27328/2019, ambas de igual teor.

Inicia salientando sobre a nulidade processual:

Insta salientar que o processo em tela foi instaurado em cumprimento ao Ofício n.º 0025/2017/GAB/PGJ da Procuradoria Geral de Justiça de Mato Grosso protocolado nesta Corte de Contas sob o n.º 4275-7/2017, por meio do qual anexou aos autos o Ofício n.º 427/16, assinado pelo Promotor de Justiça, Henrique de Carvalho Pugliesi, solicitando a instauração imediata de Tomadas de Contas Especial na Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato-MT devido notícias sobre possíveis fraudes nas licitações modalidades pregão n.º 037/2016 e 038/2016 cujo objetos referem-se a serviços de engenharia, este era o objeto do processo, **ao qual o MPE tinha interesse processual.**

Desta forma, O TCE – MT em cumprimento à solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso para análise dos documentos encaminhados, em 24.03.2017 os Auditores da SECEX de Obras e Serviços de Engenharia, realizaram inspeção “*in loco*” no município de Santa Rita do Trivelato-MT, respaldados pela Ordem de Serviço n.º 015/2017, para apurar possíveis irregularidades na contratação e execução das obras e serviços oriundos dos pregões presenciais n.º 37/2016 e n.º 38/2016.

Dando continuidade ao feito em auditoria na prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato-MT foi analisada a documentação dos certames licitatórios n.º 37/2016 e n.º 38/2016, bem como foi realizada vistoria nas obras objetos da licitação qual restou verificado que os referidos certames foram CANCELADOS.

Assim sendo, evidentemente que com o cancelamento dos referidos certames licitatórios, **restou prejudicado o objeto da solicitação oriunda do**



Ministério Público do Estado de Mato Grosso, conforme consta no próprio Relatório Técnico (pg. 05, Parágrafo quarto).

Razão pela qual a presente Representação deveria ser arquivada, já que utilizar-se do mesmo instrumento processual para verificar atos de gestão oriundos de outros contratos sequer requeridos pelo Ministério Público, ou mediante a abertura de uma Representação de Natureza Interna ou Externa, é ato nulo de pleno direito, razão pela qual a defesa restou totalmente prejudicada, mesmo porque trata-se de contratos já executados e que o atual gestor sequer tinha conhecimento de suposta irregularidade cometida.

Da mesma forma, denota-se que o TCE-MT em momento algum deu ciência ao Representado do presente processo, já que tínhamos conhecimento de que havia interesse processual nos processos licitatórios n.º 37/2016 e n.º 38/2016, entretanto atendendo recomendação do MP na época, promovemos o cancelamento dos mesmos.

Desta forma, pugnamos pela nulidade processual, em face

Fonte: Fls. 4/5 do Doc. n.º 29461/2019 – Control-P

Caso, de forma arbitrária, não seja esta a decisão do Conselheiro Relator, que, segundo o Defendente configura-se ofensa ao devido processo legal, passa-se à manifestação sobre o teor das irregularidades apontadas.

Inicia alegando que nenhum contrato foi realizado sem o devido processo licitatório conforme preconiza a Lei n.º. 8.666/93 e que as obras oriundas dos contratos elencados foram executadas e realizadas, comprovando-se a boa-fé do gestor.

Ressalta-se que os processos licitatórios que originaram os Contratos n.º 31/2016 e n.º 29/2016, prezou pelos princípios norteadores da administração público, previstos no artigo 37 da CF: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, não havendo que se falar em conduta contrária a livre concorrência ou da busca pelo menor e melhor preço para a administração pública, seguindo o princípio da economicidade.

Da mesma forma registramos inicial que nenhum contrato, em especial aos citados acima foram realizados sem o devido processo licitatório conforme preconiza a Lei Federal 8.666/93, da mesma forma, é fato e nítido que as obras oriundas dos contratos elencados foram executadas, realizadas, são vistas aos olhos de toda população, o que comprova a boa – fé da gestor, bem como, os resultados atingidos.

Evidentemente que meros erros formais, não pode, nem deve ter o condão de tornar ato totalmente nulo.

Fonte: Fl. 7 do Doc. n.º 29461/2019 – Control-P

Ato contínuo, passa-se à análise do apontamento.



Quanto à irregularidade constada referente à ausência de parecer jurídico sobre as minutas de edital e de contrato, o Gestor refuta dizendo que o parecer jurídico existe e que a ausência de assinatura é mero erro formal e sanável:

Discordamos do apontamento, pois não se trata de um documento inexistente, o documento existe e consta no processo as fls. 10, sendo que a ausência de assinatura não compromete o processo licitatório, pois se consta o Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica Municipal no processo, significa que o mesmo foi elaborado, estando apenas ausente a assinatura, o que não justifica considerá-lo **inexistente**, pois inexistente, é algo que não existe, o que não é o caso, pois a ausência de assinatura é vício sanável em qualquer esfera, entendimento este predominante na jurisprudência.

Trata-se de mero erro formal, sanável, tanto que consta o presente Parecer, o julgamento do apontamento deve ser realizado com aplicação do princípio da razoabilidade, pois o processo foi devidamente publicado, com dotações orçamentárias suficientes para cobrir a despesa, a contratada respeitou o valor máximo previsto na planilha orçamentária, a obra foi executada, meras irregularidades não podem condenar o processo por completo, excesso de formalismo é algo que não se admite nos processos licitatórios, evidentemente, que houve apenas um esquecimento na assinatura do parecer jurídico, tanto que todos outros inúmeros processos realizados, consta assinatura da assessoria jurídica do município.

Fonte: Fl. 8 do Doc. nº 29461/2019 – Control-P

Finaliza que a ausência do parecer jurídico, em momento algum, trouxe prejuízos à regularidade da licitação e pugna pela aplicação do princípio da razoabilidade e da boa-fé no julgamento do presente apontamento.

2.1.1.2.8 Análise de defesa - Sr. HUGO GARCIA SOBRINHO

A irregularidade atribuída ao Gestor Municipal refere-se à ausência de Parecer Jurídico emitido por assessoria jurídica da Administração nos autos do processo licitatório da Tomada de Preço n.º 005/2016, contrariando o disposto no parágrafo único do art. 38 da lei 8.666/93.

Entretanto, inicialmente em sua defesa, questionou sobre a nulidade deste Processo de Tomada de Contas, argumentando que o processo inicial (Representação de Natureza Interna) instaurado em cumprimento ao Ofício da Procuradoria Geral de Justiça de Mato Grosso – PGJ/MT restou prejudicado no momento em que a Equipe Técnica da Secex de Obras e Infraestrutura constatou que os pregões, objetos do ofício da PGJ/MT, haviam sido cancelados e, que diante disso, a Equipe Técnica desta Corte de Contas deveria arquivar a Representação instaurada para análise dos procedimentos licitatórios e dos Contratos n.ºs. 29/2016 e 31/2016.



Nesse sentido, cabe ressaltar ao Defendente, que os Tribunais de Contas são órgãos independentes e, por consequência, possuem natureza administrativa sem sujeição a nenhum dos poderes, com competências e funções próprias e privativas de controle, podendo realizar inspeções e auditorias por iniciativa ou por provocação dos demais órgãos de controle.

Assim, considerando a independência e as funções básicas fiscalizadora, consultiva, informativa, judicante, sancionadora, corretiva, normativa e de ouvidoria atribuídas às Cortes de Contas, não há como prosperar a argumentação de nulidade deste Processo nº. 151700/2017 instaurado pelo TCE/MT.

Em relação à irregularidade constatada neste item, cumpre salientar que as atribuições ordinárias, corriqueiras e permanentes de representação judicial e extrajudicial de assessoramento jurídico devem ser realizadas por servidor investido em cargo público, devidamente aprovado em concurso público, conforme Resolução de Consulta nº. 33/2013 - TCE/MT.

Ademais, extrai-se do Acórdão 1190/2015-TP desta Corte:

“Pessoal. Admissão. Advocacia pública. Atribuições contínuas e permanentes. Concurso público. As Atribuições de representação judicial e extrajudicial, de consultoria e de assessoramento jurídico, desempenhadas de forma contínua e permanente na Administração Pública, que não caracterizem direção, chefia ou assessoramento direto à autoridade nomeante, devem ser realizadas por servidor concursado em cargo de provimento efetivo da carreira de advogado público”

Ademais, pacificada a questão da ausência de um parecer jurídico da Administração, um documento sem a assinatura de quem o subscreve não tem validade jurídica alguma, não podendo prosseguir por vício insanável.

Diante do exposto, do vício de legalidade e irregularidade insanáveis constatados, em respeito ao princípio da moralidade, da lisura e da transparência



pública, mantém-se a responsabilização do Sr. Hugo Garcia Sobrinho quanto ao achado 02 - Ausência de Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica da Administração nos autos do processo licitatório da Tomada de Preços nº 5/2016.

Sugere-se, ao Relator, a aplicação de multa, ao Sr. Hugo Garcia Sobrinho, Gestor Municipal de Santa Rita do Trivelato-MT, na forma do artigo 286, inciso II, da Resolução nº 14/2007 - Regimento Interno do Tribunal de Contas.

❖ ARTÊMIO SPYPERRECK – Presidente da Comissão de Licitação

Conduta: Permitir o prosseguimento de procedimento licitatório sem a existência de Parecer Jurídico conforme exigência do art. 38, § único da lei 8.666/93.

Nexo de Causalidade: A Omissão do Presidente da Comissão de Licitação permitiu que a Tomada de Preço n.º 005/2016 fosse conduzida sem que a minuta do Edital e seus anexos fossem previamente examinados e aprovados pela Assessoria Jurídica da Administração, conforme previsão do art. 38, § único da Lei 8.666/93.

Culpabilidade: Era de se esperar que o Sr. Artêmio Spyperreck, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Licitações, só permitisse o prosseguimento do certame após o exame e aprovação das minutas pela Assessoria Jurídica da Administração Municipal.

2.1.1.2.9 Síntese da defesa do Sr. ARTÊMIO SPYPERRECK

(Doc. 249725/2018- Control-P)

Cargo: Presidente da Comissão de Licitação

O Sr. Artêmio Spyperreck afirma que o Município de Santa Rita do Trivelato nunca teve assessora jurídica concursada, desde a sua criação e que o Município contratava a assessoria jurídica através de processo licitatório.

Esclarece que, quando da abertura dos processos licitatórios, as minutas eram encaminhadas via e-mail para a assessoria jurídica e que o advogado que



prestava assessoria, à época, era o Sr. Rondinelli Roberto da Costa Urias, que residia em Sorriso/MT e apenas ia ao Município de Santa Rita do Trivelato de 15 em 15 dias.

Ressalta que embora a orientação desta Corte de Contas seja para que o município realize concurso público para assessoria jurídica, a Prefeitura Municipal não cumpriu as determinações do Tribunal de Contas e o defendente não deve ser punido se o Gestor Municipal adotou o sistema de promover processos licitatórios em que os documentos seriam enviados através de e-mail para análise e assinatura.

Deste modo Excelência, eu não posso ser punido, se o Gestor (Prefeito Municipal), adotou este sistema para promover os processo licitatórios, onde a assessoria jurídica era contrata de fora do Município e vinha até o Município de 15 em 15 dias, e os documentos eram enviados através de email, para análise, e posteriormente a assinatura. Eu como servidor apenas cumpria as determinações do Prefeito Municipal, Secretários e do Chefe do Departamento de Licitações.

Já que as orientações do Tribunal de contratação de assessoria jurídica de forma permanente não era cumprida pelo Prefeito Municipal, não tinha outra opção para mim, apenas um funcionário público de não realizar os processos licitatórios.

Ante isso requer seja sanado o apontamento acima.

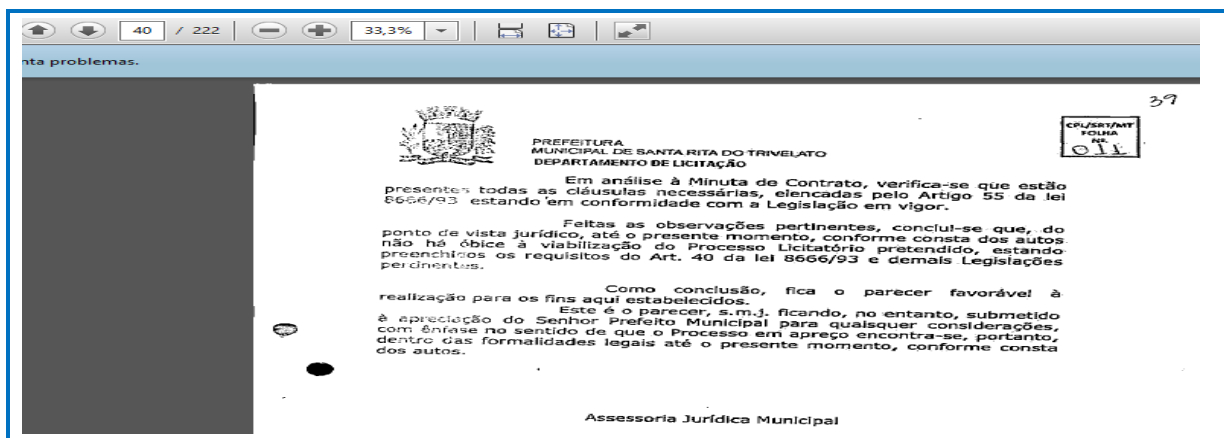
Fonte: Fl. 9 do Doc. nº 249725/2018 – Control-P

2.1.1.2.10 Análise de defesa - Sr. ARTÊMIO SPYPERRECK

A irregularidade atribuída ao Presidente da Comissão de Licitação foi em dar prosseguimento ao procedimento licitatório sem a existência de Parecer Jurídico emitido pela Administração devidamente assinado, conforme exigência do art. 38, § único da Lei 8.666/93.

Em nenhum momento restou justificada pela Defesa a ausência da assinatura no parecer e o prosseguimento do certame sem a análise da minuta do Edital, alegando apenas que as orientações do Tribunal de Contas para a contratação de assessoria jurídica não eram cumpridas pelo Prefeito Municipal e que, como Presidente da Comissão de Licitação, apenas cumpria as determinações.

Nos documentos que foram encaminhados junto com a sua defesa, é possível verificar a ausência de assinatura do Assessor Jurídico (Doc. 249725/2018 – fl.40 – Control-P), conforme demonstrado a seguir:



Fonte: Fl. 40 do Doc. nº 249725/2018 – Control-P

Inicialmente, cabe salientar que, como Presidente da CPL, responde por consequências decorrentes de decisão tomada, já que não consta nos autos, nem mesmo em sua defesa, documento que comprove ter discordado da conduta ilegal praticada pela Administração, ao emitir um parecer da assessoria jurídica sem assinatura de quem o subscreveu. Este documento não tem validade jurídica alguma, não podendo prosseguir por vício insanável.

Diante disso, era de se esperar que o Presidente da CPL, nos termos do art. 6, inciso XVI da Lei nº. 8666/93 examinasse todos os documentos relativos ao certame e adotasse providências no sentido de questionar a ausência do parecer jurídico elaborado por assessoria da Administração, devidamente assinado.

Ante o exposto, mantém-se a responsabilização do Sr. Artêmio Spyerreck quanto ao achado 02 - Ausência de Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica da Administração nos autos do processo licitatório da Tomada de Preços nº 5/2016.

Sugere-se, ao Relator, a aplicação de multa, ao Sr. Artêmio Spyerreck – Presidente da Comissão de Licitação, na forma do artigo 286, inciso II, da Resolução nº 14/2007 - Regimento Interno do Tribunal de Contas.



2.1.1.3. ACHADO 03 - Adjudicação do objeto e homologação do certame com propostas de preços com flagrante ilegalidade.

Irregularidade GB 99. Licitação Grave. Irregularidade referente a Licitação, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa no 17/2010 – TCE-MT. - Adjudicar o objeto e/ou homologar o certame com flagrante ilegalidade em sua execução. (art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e art. 37 da Constituição Federal).

2.1.1.3.1. Descrição do Achado

A Equipe Técnica desta Secex-Obras constatou inconsistências na proposta da empresa EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI apresentada para fins de participação da Tomada de Preço n.º 005/2016, que ensejariam a desclassificação da empresa.

Entretanto, o certame licitatório foi conduzido normalmente, inclusive, ao final, foi declarada como vencedora daquele certame.

2.1.1.3.2. Situação Encontrada

Conforme demonstrado no item 2.1 deste Relatório Técnico, a empresa EXATA apresentou sua PROPOSTA DE PREÇOS, onde registrou como o seu preço para executar a obra de Reforma do Pórtico o valor global de R\$ 126.745,98, conforme consta expressamente em documento apresentado pela referida empresa, às fls. 151, dos autos do procedimento licitatório.

Já na Planilha de Preços, documento integrante da proposta, apresentou, para a mesma obra o valor de R\$ 126.697,14 conforme consta às fls. 150 do procedimento licitatório.

Registre-se que consta no item 6.4 no Edital de Licitação a seguinte disposição: “Será desclassificada a proposta que apresentar vantagens não previstas neste Edital, assim como aquelas que contenham ressalvas, emendas, rasuras ou entrelinhas”.

Também consta no item 8, “I” do Edital a seguinte cláusula: Serão eliminadas as Propostas de preços que: a) Estejam incompletas, em desacordo com o estabelecido neste Edital; b) Que contenham emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas; c) Apresentam prazos diferentes dos permitidos no Edital; d) Apresentam vantagens ou condições não previstas neste Edital.



Entretanto, a CPL, após os procedimentos de habilitação, entendeu ser a empresa EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI vencedora do certame por apresentar, segundo registrado na Ata da sessão de Abertura e Julgamento das propostas, o menor preço.

Resta constatado, então, que a CPL, contrariando o estabelecido em edital, considerou como vencedora do certame a empresa EXATA, mesmo tendo esta, apresentado duas propostas de preço diferentes.

Assim sendo a empresa EXATA sagrou-se vencedora do certame com o valor proposto de R\$ 126.697,14.

Ocorre que, em atenção aos princípios da legalidade, da moralidade e o da indisponibilidade do interesse público, é fato que a CPL, considerando os princípios citados, que devem reger todo procedimento licitatório, deveria desconsiderar a proposta da empresa declarada vencedora, uma vez que impossibilitada estava qualquer análise quanto à adequabilidade de sua proposta, sendo, portanto, declarada vencedora do certame a empresa J PAULINO CONSTRUTORA LTDA – ME, com proposta no montante de R\$ 126.712,25.

Registre-se que a empresa J PAULINO CONSTRUTORA LTDA – ME não se manifestou, em nenhum momento, acerca da ilegalidade praticada pela CPL.

Dando prosseguimento aos atos de ofício referentes ao procedimento licitatório, a CPL adjudicou, em 30 de junho de 2016, o objeto à empresa EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI pelo valor de R\$ 126.745,98, desta feita superior àquela apresentada pela empresa J PAULINO CONSTRUTORA LTDA – ME.

Em 1º de julho/2016, foi publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso o resultado da licitação, onde se reproduz os valores constantes do Termo de Adjudicação.

Resta evidenciado, portanto, uma clara ofensa à regra que tutela o interesse público, invalidando todo o procedimento licitatório por apresentar vícios insanáveis que feriram



de morte os princípios fundamentais da licitação, notadamente os da moralidade, da legalidade, da indisponibilidade do interesse público, da seleção da proposta mais vantajosa e do julgamento objetivo.

Impõe-se, no caso em tela, a obrigatoriedade do Gestor promover a invalidação do ato viciado ou de seus efeitos, uma vez que insuscetível é a sua convalidação, conforme disposto no art. 49 da lei nº 8.666/1993:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

O citado artigo traz em seu § 2º: “A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei”.

2.1.1.3.3. Critérios de Auditoria

- ✓ art. 3º da Lei nº 8.666/1993;
- ✓ art. 37 da Constituição Federal.

2.1.1.3.4. Evidências

- ✓ Propostas das empresas EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI e J PAULINO CONSTRUTORA LTDA – ME;
- ✓ Ata da sessão de abertura e julgamento das propostas;
- ✓ Termo de Adjudicação;
- ✓ Extrato da Publicação do resultado do procedimento licitatório (Tomada de Preços nº 05/2016)

2.1.1.3.5. Efeitos

Extraem-se reais efeitos de direcionamento da licitação uma vez que a empresa EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI não foi desclassificada, bem como, existência de atos nulos a partir do ato ilícito, visto a metáfora legal da “doutrina dos frutos da árvore envenenada”.



2.1.1.3.6. Responsáveis

❖ HUGO GARCIA SOBRINHO – Ordenador de Despesas (ex-Prefeito Municipal).

Conduta: Homologar certame licitatório com flagrante ilegalidade em sua execução.

Nexo de Causalidade: Ao homologar o certame para a empresa EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIREL, o Gestor contrariou disposição do art. 37 da Constituição Federal e do art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

Culpabilidade: Na condição de Prefeito Municipal, era esperado do gestor o fiel cumprimento da Lei nº 8.666/93, assim sendo era esperado que a adjudicação e homologação do certame ocorresse em favor da empresa que apresentasse a proposta mais vantajosa à Administração.

2.1.1.3.7 Síntese da defesa do Sr. HUGO GARCIA SOBRINHO (Doc. 29461/2019- Control-P)

Cargo: Ordenador de despesas

Inicialmente, o Gestor destaca que houve duas empresas participantes no processo licitatório da Tomada de Preços nº. 005/2016: Exata Construções e Serviços Eirele – EPP e J Paulino Construtora Ltda ME e que no julgamento da proposta, a CPL entendeu que o valor da planilha de preços da empresa Exata, de R\$ 126.697,14 foi o menor valor apresentado e não se atentou que o valor constante na proposta estava a maior, no valor de R\$ 126.745,98.

Afirma que quando foi identificada a divergência de valores, entraram em contato com a empresa comunicando que o contrato seria anulado e que o fato ocasionou a desistência da empresa Exata Construções e Serviços Eireli-EPP.



Na oportunidade, a empresa J Paulino, apresentou proposta **R\$ 126.712,25**, ou seja, a CPL agiu com vistas ao princípio da economicidade, levou em consideração o valor constante na planilha apresentada pela empresa Exata que realmente era a de menor valor.

Entretanto, na oportunidade ao celebrar o contrato ao invés de celebrar o contrato no valor de R\$ 126.697,14, elaborou no valor de R\$ 126.745,98 (valor este que constava na proposta e não na planilha), neste momento foi identificado a divergência entre os valores, razão pela qual foi entrado em contato com a empresa e informou que a proposta tinha divergência e que iria ser desclassificado e o contrato seria anulado.

Fato que a empresa EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELE-EPP, concordou e entendeu e protocolou um documento pedindo sua desistência, conforme inclusive citado no relatório.

Diante disso a CPL agindo de forma correta e primando pela economicidade, pleiteou junto a empresa J PAULINO CONSTRUTORA LTDA ME, para que a mesma fizesse sua proposta no mesmo valor da planilha da empresa EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELE-EPP,

Fonte: Fl. 9 do Doc. nº 29461/2019 – Control-P

Destaca que não houve prejuízo, visto que a empresa que executou o contrato foi a que apresentou a melhor proposta e que a alegação da Equipe Técnica é excesso de rigor, afirmando que o vício era totalmente sanável e que assim foi feito: cancelado o contrato e celebrado com a empresa que apresentou a proposta com menor valor.

Continua alegando que a Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais ou revogá-los por motivos de conveniência e oportunidade.

Por fim, pleiteia que o apontamento seja sanado por ausência de má-fé e ausência de prejuízo ao erário.

2.1.1.3.8 Análise de defesa - Sr. HUGO GARCIA SOBRINHO

A irregularidade atribuída ao Gestor foi a de adjudicar e homologar o certame com propostas de preços com flagrante ilegalidade.



Em nenhum momento o Gestor refuta a irregularidade, afirmando que houve um erro ao celebrar o contrato com o valor a maior que constava na planilha da empresa vencedora e alegando que houve excesso de formalismo da Equipe Técnica pois houve o distrato do contrato.

Dessa forma, resta comprovada a irregularidade preliminarmente constatada, considerando que a EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI não foi desclassificada, bem como considerando a existência de atos nulos a partir do ato ilícito de adjudicação e homologação do certame com proposta de preço ilegal.

Diante do exposto, do vício de legalidade e irregularidade insanáveis constatados, mantém-se a responsabilização do Sr. Hugo Garcia Sobrinho quanto ao achado 03 - Adjudicação do objeto e homologação do certame com propostas de preços com flagrante ilegalidade.

Sugere-se, ao Relator, a aplicação de multa, ao Sr. Hugo Garcia Sobrinho, Gestor Municipal de Santa Rita do Trivelato-MT, na forma do artigo 286, inciso II, da Resolução nº 14/2007 - Regimento Interno do Tribunal de Contas.

❖ ARTÊMIO SPYERRECK – Presidente da CPL

Conduta: Conduzir procedimento licitatório com flagrantes ilegalidades que macularam o resultado da licitação.

Nexo de Causalidade: Ao agir assim, o Presidente da Comissão de Licitação permitiu que o procedimento administrativo fosse direcionado, bem como, possibilitou a existência de atos nulos de forma reiterada.

Culpabilidade: Era de se esperar que o Sr. Artêmio Syperreck, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Licitações, agisse em estrita observação às determinações constantes na Lei 8.666/93 e nas demais normas que regem as contratações públicas.



2.1.1.3.9 Síntese da defesa do Sr. ARTÊMIO SPYPERRECK

(Doc. 249725/2018- Control-P)

Cargo: Presidente da Comissão de Licitação

O Presidente da Comissão de Licitação esclarece que reproduziu a ata de Licitação Tomada de Preços, na qual a Empresa Exata Construções e Serviços Eireli se consagrou campeã (*sic*) com a proposta de R\$ 126.745,98 (cento e vinte e seis mil, setecentos e quarenta e cinco reais e noventa e oito centavos).

Justifica-se que após isso, o processo foi encaminhado aos setores de publicação e ao setor de contratos que homologaram a licitação, sendo este setor quem cometeu o equívoco, pois acrescentaram R\$ 48,84 (quarenta e oito reais e oitenta e quatro centavos) no valor da ata que o Presidente da Comissão de Licitação alega ter confeccionado.

Após isso o processo é encaminhado aos setores de publicação e ao setor de contratos, que cometeram um equívoco, pois homologaram a licitação, divergente da ata a qual eu lavrei.

Pois acrescentaram o valor de R\$ 48,84 (quarenta e oito reais e oitenta e quatro centos), a mais do valor da ata que eu confeccionei, pois a ata por mim assinada, foi com o valor correto.

Fonte: Fl. 10 do Doc. nº 249725/2018 – Control-P

Ressalta que este equívoco não foi praticado por ele, que elaborou a ata e assinou no valor correto e que houve apenas um erro cometido pela Equipe da CPL sem prejuízo ou dano ao erário, inclusive que a própria vencedora desistiu da realização da obra:

Cumpri ressaltar Excelência, que não pratiquei nenhuma conduta com, dolo ou má-fé, que pudesse de alguma forma configurar algum dos verbos contido nos artigos. 9, 10 e 11 da Lei 8.429/92.

Houve apenas um erro cometido pela equipe da CPL, porém não houve nenhum prejuízo ou dano ao erário, inclusive a própria empresa vencedora, desistiu de realizar a obra, fls.195.

...

Ante isso Excelência, tendo em vista que o equívoco quanto a homologação da licitação pelo valor de R\$ 48,84 (quarenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), não foi realizado por mim, e ainda tal fato não trouxe nenhum dano ao erário, requer seja considerado sanado tal apontamento.

Fonte: Fls. 10/11 do Doc. nº 249725/2018 – Control-P



2.1.1.3.10 Análise de defesa - Sr. ARTÊMIO SPYPERRECK

A irregularidade atribuída ao Presidente da CPL foi de conduzir o procedimento licitatório com flagrantes ilegalidades que macularam o resultado da licitação que culminou na adjudicação do objeto e na homologação do certame com propostas de preços ilegais.

Embora o Defendente afirme que apenas assinou a ata de licitação e que o erro foi cometido pelos setores de publicação e de contratos que homologaram a licitação e acrescentaram R\$ 48,84 (quarenta e oito reais e oitenta e quatro centavos) no valor da ata que o Presidente da Comissão de Licitação alega ter confeccionado, um dos principais procedimentos a ser adotado por uma CPL deve ser a averiguação da conformidade das propostas com os preços correntes (art. 43, inciso IV da Lei nº. 8.666/93).

Restou assente que o Presidente da CPL, no exercício de sua função administrativa, não agiu com a devida diligência, permitindo que irregularidades de fácil percepção tal como a divergência de preço apresentado pela empresa declarada vencedora, com valor a maior que a segunda colocada, fosse levada adiante.

Assim, como o Presidente da CPL e o Prefeito não observaram, à época, essa obrigação legal, não há como acolher as alegações acima.

Ante o exposto, mantém-se a responsabilização do Sr. Artêmio Spyperreck quanto ao achado 03 - Adjudicação do objeto e homologação do certame com propostas de preços com flagrante ilegalidade.

Sugere-se, ao Relator, a aplicação de multa, ao Sr. Artêmio Spyperreck – Presidente da Comissão de Licitação, na forma do artigo 286, inciso II, da Resolução nº 14/2007 - Regimento Interno do Tribunal de Contas.



2.2. DA ANÁLISE DO CONTRATO Nº 25/2016

O Contrato n.º 25/2016, no valor de R\$ 126.745,98 foi assinado pelo Ex-Gestor Municipal em 30 de junho de 2016, conforme fls. 157 a 165.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA NO
PÓRTICO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR DO CONTRATO:
PARÁGRAFO ÚNICO – Ao contrato atribui-se o valor global de R\$126.745,98
(cento e vinte e seis mil setecentos e quarenta e cinco reais e noventa e oito centavos), referente aos diversos tipos de serviços que serão executados pelos preços constantes nas planilhas da CONTRATADA decorrente da TOMADA DE PREÇOS N.º 05/2016, e que se constituirão na única e completa remuneração, em cujos preços estão incluídas todas as despesas de execução, tais como:

É possível verificar que a EMPRESA EXATA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS EIRELI não assinou o contrato n.º 025/2016, conforme segue:

PREFEITURA
MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
CNPJ: 01.205.568/0001-17

CPV/SRT/MT
TOMADA
N.º
65

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento por si e seus sucessores legais, em 02(duas) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito também subscrito por 02 (duas) testemunhas.

SANTA RITA DO TRIVELATO (MT), 30 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO
HUGO GARCIA SOBRINHO
CONTRATANTE

EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Arlson A da Silva Fonseca
CPF: 570.973.991-91

Arlito Francisco da Silva
CPF: 023.113.731-10

Conforme registrado no citado contrato, este decorreu do procedimento licitatório modalidade Tomada de Preços nº 05/2016.



O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.205.596/0001-17, com sede administrativa na Av. Flávio Luiz, 2.201, Centro, Santa Rita do Trivelato - MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. HUGO GARCIA SOBRINHO, brasileiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade 4.411.197-1 SSP/SP e inscrito no CPF: 748.627.828-68, no exercício de seu mandato doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE; e a empresa EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, localizada na cidade de Nova Mutum - MT, na Rua das Primulas, 2066W, Bairro Bela Vista, CNPJ: 21.428.665/0001-70, neste ato representada pelo seu sócio/diretor o Sr JONATA AVELAR MORAES ROCHA, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade 4.411.197-1 SSP/SP e inscrito no CPF: 032.517.459-80 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, declarada empresa vencedora da TOMADA DE PREÇOS 005/2016, realizada pelo MUNICÍPIO, resolvem de comum acordo, por esta e melhor forma de direito, e em conformidade com a Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, celebram o presente contrato segundo as cláusulas e condições abaixo especificadas.

Novamente fica constatado que a Administração desconsiderou o resultado do procedimento licitatório, registrado na Ata da Sessão de Abertura e Julgamento que declarou vencedora do certame a empresa EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI com o valor proposto de R\$ 126.697,14.

Em 1º de julho de 2016 foi publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso o extrato do Contrato nº 25/2016, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato-MT e a empresa EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI:

| CONTRATOS E CONVENIO | |
|---|--|
| EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2016 | |
| CONVÊNIOS E CONTRATOS | |
| EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2016 | |
| TOMADA DE PREÇOS 005/2016 | |
| Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT | |
| Contratada: EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS - EIRELI - CNPJ: 21.428.665/0001-70 | |
| Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA NO PÓRTICO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT. | |
| Valor: Ao contrato atribui-se o valor global de R\$126.745,98 (cento e vinte e seis mil setecentos e quarenta e cinco reais e noventa e oito centavos). | |
| Vigência: 30/06/2016 a 29/06/2017. | |
| Santa Rita do Trivelato, 30 de Junho de 2016. | |

Em 01.07.16, o Sr. Hugo Garcia Sobrinho, ex-Prefeito Municipal, emitiu a Ordem de Início dos serviços. Oportuno registrar que não consta no citado documento a assinatura do responsável pela empresa.



No mesmo dia, ou seja, em 1º de julho de 2016, a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato promoveu o DISTRATO AO CONTRATO N.º 25/2016 com a empresa EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI.

Novamente, é possível constatar que a empresa EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI não assinou o documento (fls. 172 e 173 CPL).



Considerando que: a) a empresa apresentou sua desistência do procedimento licitatório; b) o valor pactuado é superior àquele proposto pela empresa; c) ausência da assinatura, no Instrumento Contratual nº 25/2016, dos responsáveis pela empresa, resta constatado que a Administração produziu um ato jurídico imperfeito, qual seja inexistente, por não preencher todos os requisitos exigidos pela legislação.

2.2.1. DOS ACHADOS DE AUDITORIA

2.2.1.1. ACHADO 04: Celebração de contrato com flagrante ilegalidade.

Irregularidade HB 05. Contrato Grave. Ocorrência de irregularidades na formalização dos contratos (Lei 8.666/1993; legislação específica do ente).

2.2.2. Situação encontrada

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato realizou, em 30 de junho de 2016, o procedimento licitatório modalidade Tomada de preços nº 05/2016 que visou à seleção de empresa especializada para executar a obra de reforma do Pórtico, na sede do Município.



A empresa EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI foi considerada vencedora do certame licitatório com o valor proposto de R\$ 126.697,14, conforme ata de abertura e julgamento.

Em 1º de julho/2016, foi publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso o resultado da licitação, onde se reproduz os valores constantes do Termo de Adjudicação, ou seja, R\$ 126.745,98.

A empresa vencedora apresentou sua desistência do procedimento licitatório alegando “força maior”, esse documento recebeu da CPL o número 170, e não tem data de emissão.

Mesmo estando evidenciada a desistência da empresa em prosseguir na contratação, a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato formalizou o Contrato n.º 25/2016, inclusive com publicação do extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios.

Este trouxe irregularidades que macularam sua legalidade, destacando-se o registro do valor global acima daquele proposto pela empresa, considerada vencedora do certame licitatório modalidade Tomada de Preços nº 05/2016 e a ausência de assinatura dos responsáveis pela empresa, resultando, portanto, que a Administração produziu um ato jurídico imperfeito, qual seja inexistente.

2.2.3. Critério de Auditoria

- ✓ Art. 37 da Constituição Federal;
- ✓ Parágrafo único do art. 61 c/c 64 da Lei nº 8.666/93;

2.2.4. Evidências

- ✓ Propostas das empresas EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI e J PAULINO CONSTRUTORA LTDA – ME;
- ✓ Ata da sessão de abertura e julgamento das propostas;
- ✓ Termo de Adjudicação;
- ✓ Extrato da Publicação do resultado do procedimento licitatório (Tomada de Preços nº 05/2016);



- ✓ Contrato nº 25/2016;
- ✓ Distrato ao Contrato nº 25/2016.

2.2.5. Efeitos

Afronta ao princípio da legalidade que deve nortear todos os atos da Administração.

2.2.6. Responsáveis

❖ Sr. Sr. HUGO GARCIA SOBRINHO – Ordenador de Despesas (ex-Prefeito)

Conduta: Publicar o extrato do Contrato nº 25/2016 sem que o mesmo estivesse devidamente assinado pela contratada, comprometendo a legalidade do ato jurídico.

Nexo de causalidade: O Sr. Hugo Garcia Sobrinho contrariou a previsão do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93 ao publicar o extrato do contrato sem que o mesmo estivesse devidamente assinado. A conduta adotada mostrou-se inadequada uma vez que não estavam presentes as condições necessárias à legalidade e a vantajosidade da contratação, contrariando prescrições do art. 37 da Constituição Federal.

Culpabilidade: Na condição de Gestor era esperado que o Senhor HUGO GARCIA SOBRINHO agisse em estrita obediência às exigências previstas na legislação.

2.2.7 Síntese da defesa do Sr. HUGO GARCIA SOBRINHO

(Doc. 29461/2019- Control-P)

Cargo: Ordenador de despesas

O Sr. Hugo Garcia Sobrinho alega novamente que houve excesso de rigor por parte da Equipe Técnica porque em momento algum o Contrato nº. 25/2016 foi objeto de análise e que o objeto de análise foi a contratação e execução dos Contratos nºs. 29/2016 e 31/2016.

Afirma que o Contrato nº. 25/2016 foi distratado após a CPL verificar a divergência entre a proposta e a planilha e continua alegando sobre o poder de revogar atos da Administração:



Inicialmente a CPL prezou pela contratação de menor valor, que na oportunidade era o valor constante na Planilha de Preços da empresa Exata.

Vejamos que a Administração Pública pode revogar um ato quando entender que, embora se trate de um ato válido, que atenda a todas as prescrições legais, não está de acordo com, ou não atende adequadamente ao interesse público no caso concreto. O ato revogatório não retroage para atingir efeitos passados do ato revogado, apenas impedindo que este continue a surtir efeitos (efeitos *exc nunc*). Dessa forma, a revogação pretende fazer cessar as consequências do ato revogado, visando tutelar um interesse público específico.

Fonte: Fl. 11 do Doc. nº 29461/2019 – Control-P

Por derradeiro, pleiteia que o apontamento seja sanado, afirmando que o distrato do contrato nº. 25/2016 restou prejudicado o objeto do apontamento.


2.2.8 Análise de defesa - Sr. HUGO GARCIA SOBRINHO

A irregularidade atribuída ao Gestor refere-se à celebração do Contrato nº. 025/2016, inclusive com publicação do extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios, com o registro do valor global acima daquele proposto pela empresa considerada vencedora do certame licitatório e a ausência de assinatura dos responsáveis pela empresa. A empresa vencedora apresentou sua desistência do procedimento licitatório alegando “força maior”. Mesmo estando evidenciada a desistência da empresa em prosseguir na contratação, o Gestor prosseguiu com a publicação, resultando, portanto, em um ato jurídico imperfeito.

Ainda que o Defendente alegue que houve excesso de rigor por parte da Equipe Técnica e que em momento algum o Contrato nº. 025/2016 foi objeto de análise, este argumento não deve prosperar, uma vez que foi o distrato do contrato nº. 025/2016 que culminou na assinatura do contrato nº. 029/2016, com o mesmo objeto, fato este que subsidiou a análise da Equipe Técnica.



Além disso, não consta, nos autos, nenhuma justificativa de que o distrato ocorreu por divergência entre a proposta e a planilha. Consta apenas um documento com a alegação de “força maior”:

 **SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA**
Gabinete do Prefeito


DISTRATO AO CONTRATO N.º 25/2016

Por este instrumento jurídico, o **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o Nº 04.205.596/0001-17, com sede na Avenida Flavio Luiz, nº 2.202, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. Hugo Garcia Sobrinho, solteiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 4.411.191-5 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 748.627.828-68, residente e domiciliado no Município de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, à Rua Magester, quadra D, lote 11, doravante denominada de **Contratante**, e de outro lado como Contratada a empresa **EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, localizada na cidade de Nova Mutum – MT, na Rua das Prímulas, 2066W, Bairro Bela Vista, CNPJ: 21.428.665/0001-70, neste ato representada pelo seu sócio/diretor o Sr **JONATA AVELAR MORCH**, RG: 6.365.909-6 CPF: 032.517.459-80 tendo em vista os termos do contrato original N.º 025/2016, têm entre si como justo e contratado o que segue:

1. As partes firmaram entre si, em 30 de Junho de 2016, o Contrato 025/2016, vigente até 29/06/2017, sendo o objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA NO PÓRTICO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT.**
2. Por não haver mais interesse por parte da contratada por motivo de força maior em manter referido contrato, resolveram de comum acordo, rescindi-lo nesta data.
3. Uma vez adimplido o contrato, dão-se por encerradas as obrigações entre as partes, não cabendo mais qualquer tipo de questionamento judicial e extrajudicial, no que se refere ao contrato em sua totalidade, bem como ao presente instrumento.
4. Fica eleito o foro da Comarca em Nova Mutum/MT para dirimir eventual litígio oriundo da presente rescisão.

Assim, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Santa Rita do Trivelato/MT, 01 de Julho de 2016.


PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
HUGO GARCIA SOBRINHO
Prefeito Municipal
Contratante

EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CONTRATADA

Fonte: Geo-Obras

Diante do exposto, da ausência de documentos que comprovassem que não houve vício de legalidade, mantém-se a responsabilização do Sr. Hugo Garcia Sobrinho quanto ao achado 04 - Celebração de contrato com flagrante ilegalidade.

Sugere-se, ao Relator, a aplicação de multa, ao Sr. Hugo Garcia Sobrinho, Gestor Municipal de Santa Rita do Trivelato-MT, na forma do artigo 286, inciso II, da Resolução nº 14/2007 - Regimento Interno do Tribunal de Contas.



2.3. DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Os procedimentos de Dispensa de Licitação tiveram início, segundo documentos disponibilizados à Equipe Técnica, com a emissão, pela Assessoria Jurídica Municipal, em 1º de julho de 2016, de parecer acerca da legalidade de se promover a contratação através de um processo de Dispensa de Licitação.

O Parecer que subsidiou a DECLARAÇÃO DE DISPENSA, foi elaborado pela Senhora Jenifer Lohmann, Chefe do Departamento de Licitações, em 1º de julho de 2016.

A Sra. Jenifer Lohmann, Chefe do Departamento de Licitações do Município de Santa Rita do Trivelato – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando tudo o mais que consta do presente Processo Administrativo, vem emitir a presente **DECLARAÇÃO DE DISPENSA** de licitação, fundamentada no Artigo 24, inciso XI, da Lei nº. 8.666/93, para reforma do pórtico do Município de Santa Rita do Trivelato – MT, com a adjudicação do objeto à empresa **J. PAULINO CONSTRUTORA LTDA – ME**, localizada na cidade de Nova Mutum – MT, na Rua das Sete Copas nº 2004W, bairro Jardim Imperial, CNPJ: 18.318.757/0001-93, representada pelo senhor Jean Paulino de Souza, CPF nº 005.009.571-42, RG nº 4557127 SSP/GO. Despesas a serem custeadas com os recursos já devidamente citados no presente processo.

Ato contínuo, na mesma data, o Senhor Hugo Garcia Sobrinho, Prefeito Municipal, emitiu documento nomeado TERMO DE RATIFICAÇÃO, adjudicando o objeto da reforma do pórtico de Santa Rita do Trivelato-MT à empresa J. PAULINO CONSTRUTORA LTDA – ME, pelo valor global de R\$ 126.697,14 (cento e vinte e seis mil seiscentos e noventa e sete reais e quatorze centavos), conforme segue:



O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, Sr. Hugo Garcia Sobrinho, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas, bem como considerando o que consta do presente Processo Administrativo de Dispensa de Licitação, para funcionamento reforma do pórtico do Município de Santa Rita do Trivelato - MT, com a adjudicação do objeto à empresa **J. PAULINO CONSTRUTORA LTDA - ME**, pelo valor global de **R\$126.697,14 (Cento e vinte e seis mil seiscentos e noventa e sete reais e catorze centavos)** a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com o presente processo de dispensa de licitação, fulcrado no artigo 24, XI, da Lei 8.666/93, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 26 do mesmo diploma legal.

Santa Rita do Trivelato - MT, 01 de julho de 2016.


Hugo Garcia Sobrinho
Prefeito Municipal

2.3.1. DOS ACHADOS DE AUDITORIA

2.3.1.1. ACHADO 05: Dispensar indevidamente a licitação.

Irregularidade: GB 02. Licitação Grave. Realização de despesas com justificativas de dispensa ou inexigibilidade de licitação sem amparo na legislação (arts. 24 e 25 da Lei 8.666/1993).

2.3.1.1.1. Situação encontrada

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT realizou no exercício de 2016 o procedimento licitatório modalidade Tomada de preços nº 05/2016 que teve por objeto a Contratação de empresa para execução de reforma no Pórtico. Este, como já demonstrado no Item 2.1, com flagrantes ilegalidades em sua condução.

Do Item 2.2, que tratou do Contrato nº 25/2016, celebrado em 30 de junho de 2016, restou evidenciado que a Administração, apesar das ilegalidades observadas na condução do procedimento licitatório entendeu por celebrar com a empresa EXATA



CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI o citado contrato, mesmo após desistência da vencedora do certame, registrada em documento que recebeu da CPL o número 170.

No dia seguinte à assinatura do contrato, em 1º de julho de 2016, foi celebrado o DISTRATO AO CONTRATO N.º 25/2016.

Ante o lapso temporal verificado, é possível afirmar que nenhuma ação visando à execução da obra foi desenvolvida.

Registre-se que em nenhum dos instrumentos legais consta a assinatura do representante da empresa.

Ainda, considerando que: a) a empresa apresentou sua desistência do procedimento licitatório; b) o valor pactuado é superior àquele proposto pela empresa, considerado o mais vantajoso para a Administração; c) ausência da assinatura, no Instrumento Contratual nº 25/2016, dos responsáveis pela empresa, resta constatado que a Administração produziu um ato jurídico imperfeito, qual seja inexistente, por não preencher todos os requisitos exigidos pela legislação.

A Dispensa, como já citado, fundamentou-se no art. 24, inciso XI, da Lei nº 8.666/1993, que dispõe

Art. 24. É dispensável a licitação: (...) XI - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

Registre-se que a norma legal prevê, ainda, em seu § 2º, do art. 64, a convocação da segunda convocada quando a vencedora do certame se recusar a assinar o contrato:

§ 2º É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei.



Porém, nas duas situações é exigido um procedimento licitatório anterior, conduzido dentro do que prescreve a legislação e normas correlatas, não apresentando vícios que maculem a sua legalidade, caso contrário o procedimento licitatório deve ser anulado, em obediência aos princípios da legalidade e do interesse público.

Sendo assim, frente às ilegalidades apontadas quando da análise do procedimento licitatório modalidade Tomada de Preços nº 05/2016 – Item 2.1 deste relatório técnico preliminar, a Dispensa promovida não encontra guarida em nenhuma das situações previstas na Lei nº 8.666/1993.

2.3.1.1.2. Critérios de auditoria

✓ Inciso XI, do art. 24, da Lei nº 8.666/1993;

✓ art. 64, da Lei nº 8.666/1993

2.3.1.1.3. Evidências

✓ Propostas das empresas EXATA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI e J PAULINO CONSTRUTORA LTDA – ME;

✓ Ata da sessão de abertura e julgamento das propostas;

✓ Termo de Adjudicação;

✓ Extrato da Publicação do resultado do procedimento licitatório (Tomada de Preços nº 05/2016).

2.3.1.1.4. Efeitos

Possível dano ao erário decorrente de uma contratação inadequada uma vez que, a Administração, não adotou nenhum procedimento visando à regularização dos vícios identificados na realização do certame anterior, revendo atos viciados que macularam sua legalidade, evitando com isso contratações que não atendam ao interesse público.

2.3.1.1.5. Responsáveis

❖ HUGO GARCIA SOBRINHO – Ordenador de Despesas (ex-Prefeito)

Conduta: Autorizar a realização de processo de dispensa de licitação sem que se fizessem presentes os requisitos do inciso XI do art. 24 c/c art. 64, da Lei nº 8.666/1993.



Nexo de causalidade: A conduta adotada mostrou-se inadequada uma vez que não estavam presentes as condições necessárias à legalidade e a vantajosidade de uma contratação por meio de dispensa de licitação, contrariando prescrições do inciso XI do art. 24 c/c 64, da Lei nº 8.666/1993.

Culpabilidade: Na condição de Gestor era esperado que o Senhor HUGO GARCIA SOBRINHO agisse em estrita obediência às exigências previstas na Lei de Licitações, evitando com isso contratações que não atendessem ao interesse público.

2.3.1.1.6 Síntese da defesa do Sr. HUGO GARCIA SOBRINHO

(Doc. 29461/2019- Control-P)

Cargo: Ordenador de despesas

O Defendente informa que não houve formalização de processo de dispensa de licitação e que a Administração, através da CPL, após distrato do contrato, simplesmente convocou a segunda colocada, J Paulino Construtora Ltda ME e afirma que a declaração de dispensa foi apenas um erro de expressão:

Art. 24. É dispensável a licitação:

XI - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

No presente caso, houve apenas um equívoco da CPL ao mencionar a Declaração de Dispensa, pois não tratava-se de contratação de remanescente de obra, mesmo porque a obra oriunda da TP 005/2016 sequer foi iniciada pela empresa EXATA, o contrato sequer se efetivou, apenas após o distrato foi convocada a segunda colocada J PAULINO para celebração do contrato.

Assim registramos que a expressão Declaração de Dispensa, e a informação no próprio Termo de Ratificação foi apenas um erro de expressão, pois o que realmente ocorreu foi o disposto no art. 64, §2º da Lei Federal 8.666/93, convocando os licitantes remanescentes.

Art. 64. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei.

§ 2º É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei.

Tanto, que ao analisar o Portal da Transparência do Município comprova que a contratação com a empresa J. PAULINO, ocorreu em razão da TP 005/2016 e não em decorrência de qualquer Dispensa de licitação:

Fonte: Fls. 12/13 do Doc. nº 29461/2019 – Control-P



2.3.1.1.7 Análise de defesa - Sr. HUGO GARCIA SOBRINHO

A irregularidade apontada ao Gestor refere-se à autorização da realização de processo de dispensa de licitação sem que se fizessem presentes os requisitos do inciso XI do art. 24 c/c art. 64, da Lei nº 8.666/1993.

Em nenhum momento, o Defendente refutou o fato de existir o documento de dispensa de licitação, mas justifica-se que houve um equívoco da CPL ao mencionar que seria um processo de dispensa, sendo que após o distrato, houve apenas a convocação da segunda colocada.

Entretanto, contrapondo a defesa apresentada, consta nos autos o parecer jurídico da assessoria jurídica sobre a legalidade do ato de dispensa no caso em tela, a declaração de dispensa da CPL e a ratificação do Gestor sobre a conformidade do processo de dispensa com fulcro no art. 24, XI da Lei nº. 8.666/93, conforme segue:

PARECER

Trata-se de análise de situação fático-jurídica que permite a contratação por meio do instituto de Dispensa de Licitação, na forma prevista no art. 24, inciso XI, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, objetivando a "reforma do pórtico do município de Santa Rita do Trivelato – MT".

Instruem o presente feito a minuta de contrato o processo licitatório e o termo de distrato, de onde é possível obter-se informação sobre os critérios e motivação da escolha da Empresa que irá promover a realização dos serviços continuados pretendidos, e mais, aponta para a possibilidade jurídica de sua contratação sem exigência de licitação, com espeque no disposto no inciso XI, do art. 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A contratação direta da segunda colocada no certame, sem exigência de licitação, por meio de Dispensa, encontra expressa normatização no art. 24, inciso XI, da Lei nº 8.666, de 1993, que está assim redigida, textualmente:

"Art. 24. É dispensável a licitação:



XI - na contratação remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

Considera-se oportuno consignar que a contratada deve reunir os mesmos requisitos e condições legais acima transcritos, de maneira a tornar juridicamente possível a celebração da avença pretendida com ela. Mesmo assim, reputa-se conveniente que os atos constitutivos da empresa em comento, por força de dispositivo normativo legal, devem, oportunamente, instruir o presente feito.

Primeiramente, considera-se como sendo naturalmente conclusível que existe norma expressa cogente e vigente que autoriza a contratação direta da segunda colocada para a execução da obra em comento, sem realização de licitação, sendo, portanto, essa dispensável para efeito de celebração de contrato, mesmo porque existiu uma licitação anterior à pretendida avença.

...

Na realidade, a contratação por meio do instituto de Dispensa de Licitação, com espeque no disposto no inciso XI, da referida Lei nº 8.666, de 1993, tem por finalidade afastar a necessidade de procedimento licitatório, para efeito de nova contratação, sendo bastante que sejam aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço corrigido monetariamente.

...

Tem-se por oportuno o registro no sentido de que a Empresa que agora se pretende contratar por meio de Dispensa de Licitação participou do certame licitatório que resultou na contratação da Empresa EXATA CONSTRUTORA.

Aduza-se, ainda, que a referida Dispensa de Licitação deverá ser comunicada, dentro de 3 (três) dias à autoridade superior, e para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos, na forma prevista no caput, do art. 26, da Lei nº 8.666, de 1993.

Por fim, tendo em vista que existe a informação de disponibilidade orçamentária para fazer face à despesa notificada nos presentes autos, há que se concluir que, nesse particular, tal exigência foi atendida, na forma prevista no art. § 22, inciso II, do art. 72, da Lei nº 8.666, de 1993. Conclui-se, ainda, que a pretendida contratação encontra respaldo legal para ser levada a efeito, assim como a correspondente minuta de contrato dispõe de condições para prosperar e



DECLARAÇÃO DE DISPENSA

A Sra. Jenifer Lohmann, Chefe do Departamento de Licitações do Município de Santa Rita do Trivelato - MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando tudo o mais que consta do presente Processo Administrativo, vem emitir a presente **DECLARAÇÃO DE DISPENSA** de licitação, fundamentada no Artigo 24, inciso XI, da Lei nº. 8.666/93, para reforma do pórtico do Município de Santa Rita do Trivelato - MT, com a adjudicação do objeto à empresa **J. PAULINO CONSTRUTORA LTDA - ME**, localizada na cidade de Nova Mutum - MT, na Rua das Sete Copas nº 2004W, bairro Jardim Imperial, CNPJ: 18.318.757/0001-93, representada pelo senhor Jean Paulino de Souza, CPF nº 005.009.571-42, RG nº 4557127 SSP/GO. Despesas a serem custeadas com os recursos já devidamente citados no presente processo.

Dá conhecimento do inteiro teor da presente declaração, para que se proceda, se de acordo, à devida ratificação.

Santa Rita do Trivelato, em 01 de julho de 2016.

Declaração de dispensa da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, Sr. Hugo Garcia Sobrinho, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas, bem como considerando o que consta do presente Processo Administrativo de Dispensa de Licitação, para funcionamento reforma do pórtico do Município de Santa Rita do Trivelato - MT, com a adjudicação do objeto a empresa **J. PAULINO CONSTRUTORA LTDA - ME**, pelo valor global de **R\$126.697,14 (Cento e vinte e seis mil seiscentos e noventa e sete reais e catorze centavos)** a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com o presente processo de dispensa de licitação, fulcrado no artigo 24, XI, da Lei 8.666/93, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 26 do mesmo diploma legal.

Santa Rita do Trivelato - MT, 01 de julho de 2016.

Hugo Garcia Sobrinho
Prefeito Municipal

Termo de Ratificação do Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato-MT



Nota-se que todo o processo de contratação da empresa J Paulino Construtora Ltda – ME **foi, indiscutivelmente, pautada na dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI da Lei nº. 8.666/93, no caso em que a obra oriunda da Tomada de Preços nº. 005/2016 sequer havia sido iniciada.**

Diante do exposto, e da constatação de que a contratação da empresa deu-se de maneira ilegal, mantém-se a responsabilização do Sr. Hugo Garcia Sobrinho quanto ao achado 05 – Dispensa indevida da licitação.

Sugere-se, ao Relator, a aplicação de multa, ao Sr. Hugo Garcia Sobrinho, Gestor Municipal de Santa Rita do Trivelato-MT, na forma do artigo 286, inciso II, da Resolução nº 14/2007 - Regimento Interno do Tribunal de Contas.

❖ JENIFER LOHMANN – Chefe do Departamento de Licitações

Conduta: Emitir Declaração de Dispensa de Licitação fundamentada em dispositivo que não comporta o caso em análise.

Nexo de Causalidade: A Chefe do Departamento de Licitações, ao agir assim, concorreu para a falha no certame licitatório.

Culpabilidade: Era de se esperar que a Sra. Jenifer Lohmann, na qualidade de Chefe do Departamento de Licitações, adotasse providências no sentido de evitar as falhas nos procedimentos licitatórios de contratação.

2.3.1.1.8 Síntese da defesa do Sra. JENIFER LOHMANN

(Doc. 248788/2018- Control-P)

Cargo: Chefe do Departamento de Licitações

A Sra. Jenifer Lohmann afirma que tomou posse no cargo de chefe de departamento de licitação no dia 01 de julho de 2016, nos termos da Portaria nº. 137/2016 da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT e que cumpriu



determinações superiores, baseando-se, inclusive em parecer jurídico emitido previamente.

Acrescenta que diante do lapso temporal entre a posse e a emissão de declaração de dispensa, não possuía conhecimento claro sobre todas as suas atribuições

Diante disso, salienta-se que a servidora é hierarquicamente subordinada, ou seja, evidente a obediência devida pela mesma ao seu superior. Evidente também que diante do lapso temporal entre a posse do cargo e a emissão da declaração de dispensa, a servidora não possuía conhecimento claro e suficiente sobre todas as suas atribuições. Deste modo, os atos praticados por ela foram previamente designados por autoridades superiores.

3

Fonte: Fl. 4 do Doc. nº 248788/2018 – Control-P

Afirma que, nos autos, consta que o parecer que subsidiou a declaração foi elaborado pela servidora, mas que não emitiu o referido parecer uma vez que não possuía competência jurídica para tanto.

Salienta que não faz parte da Comissão Permanente de Licitação – CPL designada pela Portaria 007/2016, nem mesmo da Comissão Especial e Temporária, o que evidencia que sua atuação durante o processo licitatório em discussão se deu apenas por determinações superiores.

Diante de todo o exposto, resta claro que a Servidora Jenifer Lohmann não concorreu para a falha no certame licitatório e, mesmo na qualidade de Chefe do departamento de Licitações não possuía nenhuma condição de adotar providências no sentido de evitar as falhas nos procedimentos licitatórios de contratação, uma vez que não tinha conhecimento de que o certame estava cívado de vícios, tendo emitido apenas uma declaração de dispensa nos termos de uma previsão legal e apoiada em parecer jurídico emitido anteriormente.

Fonte: Fl. 5 do Doc. nº 248788/2018 – Control-P

Conclui que emitiu a declaração sem nenhum conhecimento técnico, que foi requerida por autoridade máxima superior e nos termos do parecer jurídico e que, diante dos fatos, pede reconsideração do item apontado.



Outrossim, alega que os fatos noticiados nos autos permitem a ilação no sentido de revestir-se de legalidade a pretensão da Administração nos seguintes termos:

Na realidade, a contratação por meio do instituto de Dispensa de Licitação, com espeque no disposto no inciso XI, da referida Lei nº 8.666, de 1993, tem por finalidade afastar a necessidade de procedimento licitatório, para efeito de nova contratação, sendo bastante que sejam aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço corrigido monetariamente.

Fonte: Fl. 12 do Doc. nº 248788/2018 – Control-P

Destaca que o Estatuto de Licitações estabeleceu duas formas de contratação direta sem licitação: a dispensa e a inexigibilidade de licitação, nos casos em que a própria Lei Específica e, principalmente, quando não se viabiliza a competitividade.

Justifica que no caso concreto deve-se preponderar o interesse público e que a empresa que agora se pretende contratar por meio de dispensa de licitação participou do certame licitatório que resultou na contratação da Empresa Exata Construtora.

No caso concreto, pode-se afirmar que o que acontece é que deve preponderar o interesse público. Além disso, considera-se que o fato de encontrar-se legal e expressamente previsto a utilização do instituto de Dispensa de Licitação para efeito de contratação de Empresa que tenha participado do certame licitatório para execução remanescente do objeto do contrato encontra consonância jurídica.

Fonte: Fl. 12 do Doc. nº 248788/2018 – Control-P

Aduza-se, ainda, que a referida Dispensa de Licitação deverá ser comunicada, dentro de 3 (três) dias à autoridade superior, e para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos, na forma prevista no caput, do art. 26, da Lei nº 8.666, de 1993.

Por fim, tendo em vista que existe a informação de disponibilidade orçamentária para fazer face à despesa noticiada nos presentes autos, há que se concluir que, nesse particular, tal exigência foi atendida, na forma prevista no art. § 22, Inciso II, do art. 72, da Lei nº 8.666, de 1993. Conclui-se, ainda, que a pretendida contratação encontra respaldo legal para ser levada a efeito, assim como a correspondente minuta de contrato dispõe de condições para prosperar e produzir os efeitos jurídicos a que se destina

Fonte: Fl. 13 do Doc. nº 248788/2018 – Control-P



2.3.1.1.9 Análise de defesa - Sra. JENIFER LOHMANN

A irregularidade atribuída à Chefe do Departamento de Licitações foi por ter emitido uma declaração de dispensa de licitação sem que se fizessem presentes os requisitos do inciso XI do art. 24 c/c art. 64, da Lei nº 8.666/1993.

Em síntese, a Defendente inicia alegando que apenas cumpriu determinações superiores e que não tinha conhecimento técnico para análise da legalidade do ato. Todavia, as alegações não merecem acolhimento, já que, quando assumiu a posição de chefia no departamento de licitações, sabia que estava assumindo responsabilidades e deveria ter procurado se inteirar antes de assinar documentos declaratórios que propiciariam vícios insanáveis no processo licitatório.

Ademais, vale lembrar a regra do direito de que ninguém pode escusar-se de cumprir a Lei sob a alegação do seu desconhecimento (art. 3º da Lei de Introdução ao Código Civil). O cidadão comum não pode alegar desconhecimento da norma. Com muito mais razão, exige-se de quem exerce uma função no serviço público, o conhecimento de regras básicas aplicáveis à Administração Pública.

Deve-se também ressaltar que não consta, nos autos, qualquer elemento que comprove que a Defendente foi coagida a assinar a referida declaração.

Outrossim, sobre a justificativa de que se deve preponderar o interesse público e que o caso em tela permitia a dispensa da licitação para a contratação de empresa que tenha participado do certame para execução remanescente, deve-se esclarecer que a obra sequer foi iniciada pela Empresa Exata Construções e Serviços Eireli. O Contrato nº 25/2016 foi celebrado em 30 de junho de 2016, apesar de todas as ilegalidades observadas na condução do procedimento licitatório e, no dia seguinte à assinatura do contrato, em 1º de julho de 2016, foi celebrado o DISTRATO AO



CONTRATO N.º 25/2016. Ante o lapso temporal verificado, é possível afirmar que nenhuma ação, visando à execução da obra, foi desenvolvida.

Portanto, resta demonstrado que as alegações da Defendente não lograram elidir a irregularidade que lhe foi apontada, mantendo-se os apontamentos de que a contratação direta se deu em condições ilegais – Achado 5 – Dispensa indevida da licitação.

Sugere-se, ao Relator, a aplicação de multa, à Sra. Jenifer Lohmann, Chefe do Departamento de Licitações, na forma do artigo 286, inciso II, da Resolução nº 14/2007 - Regimento Interno do Tribunal de Contas.

2.4. DO CONTRATO Nº 29/2016

Em 1º de julho de 2016, dia seguinte à assinatura do Contrato nº 25/2016 e na mesma data do seu Distrato, a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato celebrou com a empresa J. PAULINO CONSTRUTORA LTDA – ME o Contrato nº 29/2016, registrando com o valor global para a execução da obra de REFORMA DO PÓRTICO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT o montante de R\$ 126.697,14, conforme transcrito a seguir:

O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.205.596/0001-17, com sede administrativa na Av. Flávio Luiz, 2.201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. HUGO GARCIA SOBRINHO, brasileiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade 4.411.191-5 SSP/SP e inscrito no CPF: 748.627.828-68, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE; e a empresa J. PAULINO CONSTRUTORA LTDA – ME, localizada na cidade de Nova Mutum – MT, na Rua das Sete Copas nº 2004W, Bairro Jardim Imperial, CNPJ: 18.318.757/0001-93, representada pelo senhor JEAN PAULINO DE SOUZA, CPF nº 005.009.571-42, RG nº 4557127 SSP/GO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, declarada empresa vencedora da TOMADA DE PREÇOS N.º 05/2016, realizada pelo MUNICÍPIO, resolvem de comum acordo, por esta e na melhor forma de direito, e em conformidade com a Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1.993, celebram o presente contrato segundo as cláusulas e condições abaixo especificadas:



CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA NO
PÓRTICO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR DO CONTRATO:

PARÁGRAFO ÚNICO – Ao contrato atribui-se o valor global de **R\$126.697,14** (cento e vinte e seis mil seiscentos e noventa e sete reais e catorze centavos), referente aos diversos tipos de serviços que serão executados pelos preços constantes nas planilhas da CONTRATADA decorrente da **TOMADA DE PREÇOS N.º 05/2016**, e que se constituirão na única e completa remuneração, em cujos preços estão incluídas todas as despesas de execução, tais como:

Como já analisado no Item 2.3, a Celebração do contrato decorreu de processo de Dispensa de Licitação fundamentada no inciso XI, do art. 24, da lei nº 8.666/1993, conforme documentos e informações disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT.

Entretanto, constatou-se também que em 04.07.2016 o Sr. Artêmio Syperreck, subscreveu a Publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Ano XI Edição n.º 2511 demonstrando que, quanto ao resultado da Tomada de Preços n.º 005/2016 sagrou vencedora a empresa J. PAULINO CONSTRUTORA LTDA – ME, diferentemente da Ata de Sessão de abertura do Processo de Licitação.

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇOS 005/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO
DE MATO GROSSO AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇOS
005/2016

Aos trinta dias do mês de junho de 2016, às 09h00min horas na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT fora realizado o julgamento da Tomada de Preços n° 005/2016, tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA NO PÓRTICO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**. Sagrou-se vencedora a empresa **J. PAULINO CONSTRUTORA LTDA – ME**, CNPJ: 18.318.757/0001-83, com a melhor proposta, no valor de **R\$126.697,14 (Cento e vinte e seis mil seiscentos e noventa e sete reais e catorze centavos)**.

Santa Rita do Trivelato, 01 de julho de 2016.

Artêmio Syperreck

Presidente da CPL



Registre-se que a publicação supracitada não traduz a realidade dos fatos uma vez que contraria os termos da Ata da Sessão de Abertura e Julgamento da Tomada de Preços nº 05/2016.

Sendo assim, resta evidenciado que a Administração, ao celebrar o Contrato nº 29/2016 o fez sem atender o que determina o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal c/c art.2º da Lei nº 8.666/1993, que são taxativos quanto à obrigatoriedade da realização de licitação prévia para a contratação de obras e serviços de engenharia.

O Sr. Eduardo Pacheco Soares foi designado fiscal do contrato por meio da Portaria n.º 0154/2016 de 02.08.2016, tendo sido publicado o extrato da portaria no dia 09.08.2016, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – Ano XI n.º 2.537, bem como, consta na cláusula 12ª do referido instrumento.

O extrato do contrato foi publicado em 04 de julho de 2016, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Ano XI n.º 2.511.

Da análise dos documentos e informações disponibilizadas à Equipe Técnica, acerca da execução do IC nº 29/2016, é possível observar a realização de 06 medições, conforme segue:

✓ Medição 1 – Assinada em 01/07/2016, pelo Engenheiro Civil Eduardo Pacheco Soares, registrando a execução de serviços no valor de R\$ 1.459,14;

✓ Medição 2 – Assinada em 05/08/2016, pelo Engenheiro Civil Eduardo Pacheco Soares, registrando a execução de serviços no valor de R\$ 17.736,86;

✓ Medição 3 – Assinada em 15/08/2016, pelo Engenheiro Civil Eduardo Pacheco Soares, registrando a execução de serviços no valor de R\$ 17.457,57;

✓ Medição 4 – Assinada em 22/08/2016, pelo Engenheiro Civil Eduardo Pacheco Soares, registrando a execução de serviços no valor de R\$ 30.956,57;

✓ Medição 5 A – Assinada em 26/09/2016, pelo Engenheiro Civil Eduardo Pacheco Soares, registrando a execução de serviços no valor de R\$ 41.584,35;

✓ Medição 5 B – Assinada em 26/09/2016, pelo Engenheiro Civil Eduardo Pacheco Soares, registrando a execução de serviços no valor de R\$ 16.903,42;



Assim sendo, com base nessas planilhas, restou registrado a execução de serviços em um valor total de R\$ 126.097,91, que correspondeu a 99,53% da obra, efetivamente medidos e registrados.

No mais, conforme análise no sistema Aplic, contata-se que foram realizados 2 empenhos:

✓ Empenho n.º 003535/2016 – Realizado em 01.07.2016, no valor R\$ 36,099,42, sendo pago um valor de R\$ 35.803,61 mediante emissão de três notas fiscais conforme segue:

| 3 nota(s) fiscal(ais)" | | | | | | |
|------------------------|-------------------|------------|-------------|---------------------|---------------|---------------------|
| Nº de série | Nº da Nota Fiscal | Data | Valor da NF | Valor dos descontos | Valor líquido | Nº da NF eletrônica |
| NFS | 0000000008 | 04/07/2016 | 1.459,14 | 0,00 | 1.459,14 | |
| NFS | 0000000011 | 05/08/2016 | 17.736,86 | 0,00 | 17.736,86 | |
| NFS | 0000000026 | 29/09/2016 | 16.903,42 | 0,00 | 16.903,42 | |

Fornecedor: 18.318.757/0001-93 J PAULINO CONSTRUTORA LTDA ME N° do Comprovante (SEFAZ):

Nº da NF eletrônica:

Objeto: EMPENHO REFERENTE A DESPESAS COM CONTRAPARTIDA DO CONVENIO 183/2016 PARA REFORMA NO PORTICO DE SANTA RITA DO TRIVELATO CONF. TOMADA DE PRECOS 05/2016 CONTRATO 29/2016.

PDF da NF

Ressalta-se que referente a este empenho, houve uma anulação no valor de R\$ 564,26;

✓ Empenho n.º 004350/2016 – Realizado em 15/08/2016, no valor de R\$ 89.998,49, sendo pago um valor de R\$ 88.838,92, mediante emissão de três notas fiscais conforme segue:

| 3 nota(s) fiscal(ais)" | | | | | | |
|------------------------|-------------------|------------|-------------|---------------------|---------------|---------------------|
| Nº de série | Nº da Nota Fiscal | Data | Valor da NF | Valor dos descontos | Valor líquido | Nº da NF eletrônica |
| NFS | 0000000015 | 16/08/2016 | 17.457,57 | 0,00 | 17.457,57 | |
| NFS | 0000000018 | 23/08/2016 | 30.956,57 | 0,00 | 30.956,57 | |
| NFS | 0000000028 | 29/09/2016 | 41.584,35 | 0,00 | 41.584,35 | |

Fornecedor: 18.318.757/0001-93 J PAULINO CONSTRUTORA LTDA ME N° do Comprovante (SEFAZ):

Nº da NF eletrônica:

Objeto: EMPENHO REFERENTE A DESPESAS COM CONVENIO 183/2016 PARA REFORMA NO PORTICO DE SANTA RITA DO TRIVELATO CONF. TOMADA DE PRECOS 05/2016 CONTRATO 29/2016.

PDF da NF



2.4.1. DOS ACHADOS DE AUDITORIA

2.4.1.1. ACHADO 06: Contratação da empresa J. Paulino Construtora Ltda.

– ME sem a realização do procedimento licitatório.

GB20. Licitação Grave—Não realização de processo licitatório nos casos previstos na Lei de Licitações (art. 37, XXI, da Constituição Federal; arts. 2º, caput, 89 da Lei n.º 8.666/1993).

2.4.1.1.1. Situação encontrada

O devido processo licitatório para a contratação de obras e serviços de obras e serviços de engenharia é exigência prevista no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e no art. 2º da Lei n. 8.666/1993, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 24 e 25 que deverão ser necessariamente justificadas, como determina o art. 26 da referida lei.

Como ficou demonstrada na análise procedida nos procedimentos levados a efeito pela Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato-MT visando à contratação da obra de Reforma do Pórtico no Município, Item 2.5.1.1 deste relatório técnico preliminar, a Dispensa promovida não encontra guarida em nenhuma das situações previstas na Lei nº 8.666/1993.

Sendo assim, resta evidenciado que a empresa J PAULINO foi contratada sem que fosse realizado o prévio procedimento licitatório, o que não condiz com o que preceitua a Lei N.º 8.666/93.

2.4.1.1.2. Critérios de auditoria

✓ art. 2 da Lei 8.666/1993

✓ art. 37, XXI, da Constituição Federal

2.4.1.1.3. Evidências

Inexistência do devido processo licitatório visando à seleção de empresa para executar a obra de Reforma do Pórtico no Município.

2.4.1.1.4. Efeitos

Extraem-se reais efeitos de direcionamento de Contratação para execução do objeto.



2.4.1.1.5. Responsáveis

❖ HUGO GARCIA SOBRINHO – Ordenador de Despesas (ex-prefeito)

Conduta: Permitir o prosseguimento de procedimento licitatório contrariando os dispositivos da lei n.º 8.666/93. Assinar o termo de ratificação, adjudicando o objeto da Reforma do Pórtico para a empresa J PAULINO sem o regular procedimento licitatório. Assinar o Contrato n.º 29/2016 sem realização de procedimento licitatório.

Nexo de Causalidade: Ao agir assim, o ex-gestor municipal permitiu a contratação de empresa sem que houvesse procedimento licitatório.

Culpabilidade: Era de se esperar que o Sr. Hugo Garcia Sobrinho, na qualidade de Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato e de autoridade homologadora do certame, promovesse apenas contratações que estivessem de acordo com a Lei 8.666/93.

2.4.1.1.6 Síntese da defesa do Sr. HUGO GARCIA SOBRINHO

(Doc. 29461/2019- Control-P)

Cargo: Ordenador de despesas

Reitera que não houve realização de qualquer dispensa de licitação para celebrar o Contrato n.º. 29/2016 e que o mesmo foi celebrado em razão da sequência do Processo de Tomada de Preços n.º. 005/2016.

2.4.1.1.7 Análise de defesa - Sr. HUGO GARCIA SOBRINHO

A irregularidade atribuída ao Gestor foi a de ter assinado o Contrato n.º. 29/2016 sem realização do processo licitatório.

Como o Gestor reiterou sua defesa com base no achado 5 (cinco) referente à dispensa indevida da licitação, alegando que não houve processo de dispensa, sendo que a assinatura do Contrato n.º. 029/2016 foi celebrado em razão da sequência do Processo da Tomada de Preços n.º.005/2016, reporta-se à análise do item 2.3.1.1.7 deste Relatório Técnico Conclusivo, mantendo-se a responsabilização do Sr.



Hugo Garcia Sobrinho quanto ao achado 06 – Contratação da empresa J. Paulino Construtora Ltda. – ME sem a realização do procedimento licitatório.

Sugere-se, ao Relator, a aplicação de multa, ao Sr. Hugo Garcia Sobrinho, Gestor Municipal de Santa Rita do Trivelato-MT, na forma do artigo 286, inciso II, da Resolução nº 14/2007 - Regimento Interno do Tribunal de Contas.

2.5. DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO n.º 29/2016

Conforme análise aos autos do Processo Licitatório TP n.º 005/2016, em 14.12.2016, o Sr. Hugo Garcia Sobrinho, na qualidade de Gestor Municipal, assinou nos termos do art. 65, I, “b”, § 1º da Lei n.º 8.666/1993 o 1º Termo Aditivo ao Contrato n.º 29/2016, cujo objeto teve como finalidade o acréscimo de valor em decorrência de acréscimo de itens não constante na Planilha, quais sejam, iluminação do tipo LED com placa solar e armazenamento em bateria, conforme Planilha Orçamentária subscrita pela Arquiteta e Urbanista Sra. Ariana Dias Liu Krindges CAU A92175-0.

Entretanto, a planilha orçamentária juntada aos autos não possui detalhamento suficiente quanto à descrição dos itens para a obra em comento.

Desse modo, o valor original do contrato passou a ter um acréscimo de R\$ 17.648,13 (dezessete mil seiscentos e quarenta e oito reais e treze centavos) passando o valor inicial de 126.697,14 (cento e vinte e seis mil seiscentos e noventa e sete reais e catorze centavos) para o valor final de R\$ 144.345,37 (cento e quarenta e quatro mil trezentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos), tendo sido o extrato do 1º termo aditivo publicado em 15.12.2016 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – Ano XI n.º 2.625.



2.6. DO PROCESSO DE PAGAMENTO E MEDIÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 29/2016 DA TOMADA DE PREÇO N.º 005/2016

A equipe técnica desta Secex-Obras constatou que a planilha orçamentária subscrita pela Arquiteta e Urbanista Ariana Dias Liu Krindges CAU A92175-0, referente aos serviços acrescidos por meio do 1º Termo Aditivo Contratual, não contém a descrição dos itens de forma completa, conforme demonstrado a seguir:

| PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO | | | | | | | |
|---|---|----------------------------------|-------|--------|--------------------|------------------|---------------|
| OBRA: | REFORMA DO PÓRTICO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - 1º ADITIVO DE VALOR | | | | TABELA REFERÊNCIA: | | |
| LOCAL: | BR 235, ACESSO A RUA MAGESTER - SANTA RITA DO TRIVELATO-MT | | | ÁREA: | 60 M² | SINAP JUNHO 2016 | |
| PROPRIETÁRIO: | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO | | | BDI: | 28,35% | | |
| CONVÊNIO: | 183/2016/SECID | | | DATA: | dez/16 | | |
| PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - 1º ADITIVO DE VALOR | | | | | | | |
| ITEM | CÓDIGO SINAP | DESCRIÇÃO DO ITEM | UNID | QUANT. | VALORES UNITÁRIOS | | VALOR PARCIAL |
| | | | | | UNIT. S/ BDI | UNIT. C/ BDI | |
| 1 | | Sistema de Iluminação LED RGB | Unid. | 1 | R\$ 6.000,00 | R\$ 7.701,00 | R\$ 7.701,00 |
| 2 | | Controlador de Carga 30A12 24VCC | Unid. | 1 | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.283,50 | R\$ 1.283,50 |
| 3 | | Módulo FK KD 140 SX UFBS | Unid. | 3 | R\$ 1.350,00 | R\$ 1.732,73 | R\$ 5.198,18 |
| 4 | | Bateria 180 AH | Unid. | 3 | R\$ 900,00 | R\$ 1.155,15 | R\$ 3.465,45 |
| | | | | | | Total | R\$ 17.648,13 |

Santa Rita do Trivelato, 12 de dezembro de 2016.


Ariana Dias Liu Krindges
Arquiteta e Urbanista - CAU A92175-0


Assim sendo, com base nessa planilha orçamentária, a Sra. Ariana Dias Liu Krindges encaminhou o ofício n.º 086/2016 à Secretaria de Administração, especificamente ao Sr. Arlito Silva, relatando que esta planilha orçamentária, seria na verdade, a planilha de equipamentos/ serviços executados, conforme segue:

Ilmo Sr.,

Venho através deste encaminhar planilha referente à aditivo do Contrato 29/2016, referente à obra de reforma do Pórtico de entrada da Cidade de Santa Rita do Trivelato, tendo sido executado o serviço complementar de iluminação do tipo LED com placa solar e armazenamento em bateria (em anexo segue planilha dos equipamentos, serviços executados).

Assim, faço saber,

Santa Rita do Trivelato, 12 de dezembro de 2016.


Ariana Dias Liu Krindges
Arquiteta e Urbanista - CAU A92175-0
Prefeitura de Santa Rita do Trivelato-MT



Entretanto a referida Planilha, esta datada de 12.12.2016 e o 1º Termo Aditivo Contratual está datado de 14.12.2016. Ou seja, trata-se da planilha orçamentária, e não da planilha de medição dos serviços, estando inclusive denominada de Planilha Orçamentária.

Oportunamente informa-se também, que a equipe técnica desta SECEX-Obras verificou por meio do sistema aplic que para fazer frente às despesas referentes ao 1º Termo Aditivo Contratual, foi realizado o empenho n.º 006490/2016 datado de 15.12.2016, no valor de R\$ 17.648,13, sendo pago um valor de R\$17.648.13, mediante emissão de uma nota fiscal conforme segue:

| N° de série | N° da Nota Fiscal | Data | Valor da NF | Valor dos descontos | Valor líquido | N° da NF eletrônica |
|--------------------|-------------------|------------|-------------|---------------------|---------------|---------------------|
| 18.318.757/0001-93 | 0000000033 | 28/12/2016 | 17.648,13 | 0,00 | 17.648,13 | |

Fornecedor: J PAULINO CONSTRUTORA LTDA ME

N° do Comprovante (SEFAZ):

N° da NF eletrônica:

Objeto: EMPENHO REFERENTE A DESPESAS COM 1 TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 29/2016 PARA REFORMA NO PORTICO DE SANTA RITA DO TRIVELATO CONF. TOMADA DE PREÇOS 05/2016.

PDF da NF

2.6.1. DOS ACHADOS DE AUDITORIA

2.6.1.1. ACHADO 07: Inexistência de medições atestando a execução do serviço.

Irregularidade JB03. Despesa Grave – Pagamentos de parcelas contratuais ou outras despesas sem a regular liquidação (art. 63 § 2º, da Lei nº 4.320/1964; arts. 55, § 3º e 73 da Lei nº 8.666/93).

2.6.1.1.1. Situação Encontrada

A equipe desta SECEX-Obras identificou o pagamento de R\$ 17.648,13 à empresa J PAULINO LTDA ME relativo ao 1º Termo Aditivo do Contrato n.º 29/2016 oriundo da Tomada de Preço n.º 005/2016, entretanto não se constatou a planilha de medição dos serviços executados.

A Lei nº 4.320/64 estabelece em seus artigos 62 e 63 as normas para a regular liquidação da despesa:



Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. § 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

É sabido que configura despesa irregular toda aquela realizada durante a execução de um contrato, sem a comprovação efetiva da prestação do serviço ou da entrega efetiva do objeto contratado.

Quando tratar-se de liquidação referente a Obras e Serviços de Engenharia, tal comprovação somente se dará através da “PLANILHA DE MEDIÇÃO” emitida pelo profissional habilitado, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra.

Os relatórios de medição constituem-se em documentos que habilitam o pagamento dos serviços efetivamente executados e medidos pelo engenheiro fiscal. Assim, inexistindo documentos comprobatórios da execução efetiva dos serviços fica clara a irregularidade na execução da despesa.

2.6.1.1.2. Critérios de auditoria

✓ art. 63, § 2º, da Lei 4.320/1964.

2.6.1.1.3. Evidências

✓ Inexistência de documentos comprobatórios da efetiva execução dos serviços¹ (medições);

✓ Processo de Pagamento e ausência de Medição referente ao 1º Termo Aditivo do Contrato n.º 29/2016;



✓ Empenho 006490/2016;

✓ Nota Fiscal 0033/2016.

2.6.1.1.4. Efeitos

O gestor, ao permitir o pagamento dos serviços sem a efetiva comprovação mediante a medição, contrariou exigências da legislação que visam garantir o pagamento à empresa somente quando os serviços tiverem sido efetivamente executados.

2.6.1.1.5. Responsáveis

❖ HUGO GARCIA SOBRINHO – Ordenador de Despesas (ex-prefeito)

Conduta: Autorizar pagamento de valores correspondentes a serviços que não tiveram comprovada sua efetiva execução por de documentos técnicos indispensáveis a regular liquidação da despesa.

Nexo de Causalidade: A conduta do gestor prejudicou sobremaneira a execução contratual uma vez que não se dispo de documentos que comprovem quais, em que quantidades e com qual qualidade foram executados os serviços, resta impossibilitado o controle sobre a efetiva execução dos serviços.

Culpabilidade: Era de se esperar que o Sr. Hugo Garcia Sobrinho, na qualidade de gestor municipal e ordenador de despesas, solicitasse a medição dos serviços executados, e efetuasse o pagamento somente após a apresentação deste.

2.6.1.1.6 Síntese da defesa do Sr. HUGO GARCIA SOBRINHO (Doc. 29461/2019- Control-P)

Cargo: Ordenador de despesas

O Defendente inicia alegando que o Contrato original nº. 29/2016, no valor de R\$ 126.694,14, teve 06 medições e que houve anulação de empenho do valor não medido.

Afirma que a planilha encaminhada se trata da planilha de medição dos serviços:



Nota-se que o contrato original 029/2016 no valor de R\$ 126.694,14 teve 06 medições conforme consta no próprio Relatório Técnico (vide pag. 32 e 33) sendo que as medições perfizeram o valor de R\$ 126.097,91 que correspondeu a 99,53% da obra. Ocorrendo a anulação do empenho remanescente no valor de R\$ 564,26, ou seja, estando tudo em perfeita ordem a execução, medição e pagamentos do contrato original.

Em tempo, o apontamento refere-se a execução, medição, liquidação e pagamento referente aos valores do 1º Termo Aditivo ao Contrato 029/2016 celebrado no valor de R\$ 17.648,13.

Importante destacar que a Planilha constante na Fls. 36 do Relatório, refere-se a Planilha de Medição, tanto que no ofício 086/2016 encaminhado a Secretaria de Administração, consta:

Ilmo Sr.

Venho através deste encaminhar *planilha referente ao Aditivo do Contrato 29/2016*, referente a obra de reforma do Pórtico de entrada da Cidade de Santa Rita do Trivelato, tendo sido executado o serviço complementar de iluminação do tipo LED com placa de armazenamento com bateria (em anexo segue planilha dos equipamentos e serviços executados).

Assim, faço saber.

Santa Rita do Trivelato, 12 de Dezembro de 2016.

Diante disso, justifica que, com a planilha de medição, o processo de liquidação está perfeitamente regular e que o serviço foi executado, medido e pago conforme preconizado no termo aditivo, atendendo na íntegra as exigências do art. 62 da Lei nº. 4.320/64.

2.6.1.1.7 Análise de defesa - Sr. HUGO GARCIA SOBRINHO

A irregularidade apontada ao Gestor refere-se à inexistência da planilha de medições, em atesto aos serviços executados após celebração do 1º Termo Aditivo do Contrato nº. 029/2016.

Ao contrário do que alega a defesa, esta planilha orçamentária a que se refere o Defendente como sendo planilha de medição, está datada em 12.12.2016, sendo que o 1º Termo Aditivo Contratual somente foi assinado no dia 14.12.2016, ou



seja, trata-se da planilha orçamentária, e não da planilha de medição dos serviços, estando inclusive denominada de Planilha Orçamentária.

Diante do exposto e pelo fato da defesa deixar de trazer aos autos elementos probatórios da execução dos serviços, resta comprovado que o pagamento foi autorizado sem o atesto da devida aferição dos serviços, por meio de uma planilha orçamentária, cuja assinatura antecede o termo aditivo.

Portanto, mantém-se a responsabilização do Sr. Hugo Garcia Sobrinho quanto ao achado 07 - Inexistência de medição atestando a execução do serviço.

Sugere-se, ao Relator, a aplicação de multa, ao Sr. Hugo Garcia Sobrinho, Gestor Municipal de Santa Rita do Trivelato-MT, na forma do artigo 286, inciso II, da Resolução nº 14/2007 - Regimento Interno do Tribunal de Contas.

3. DA ANÁLISE DAS DEFESAS – OBRA DE EXECUÇÃO DE CALÇADA, INSTALAÇÃO DE REFLETORES E PLANTIO DE GRAMA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA COMUNIDADE DE PACOVAL EM SANTA RITA DO TRIVELATO – MT (Doc. 229275/2018 - Control-P)

3.1. DA ANÁLISE DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº

11/2016

A obra em epígrafe foi contratada após processo de dispensa de licitação n.º 11/2016.

A citada Dispensa de Licitação, conforme consta à fl. 015 do procedimento administrativo, foi embasada no o artigo 24, X da Lei 8.666/93, em razão da necessidade de implementação da infraestrutura do município, haja vista que a unidade básica de saúde teria



sido construída recentemente e por isso ter-se-ia urgência na realização dos serviços, sendo este o motivo primordial para a contratação de empresa através de processo de dispensa.

Integram os autos do procedimento licitatório, duas planilhas orçamentárias: a primeira, da Construtora JS, com valor total de R\$ 12.856,00 (doze mil oitocentos e cinquenta e seis reais) e a segunda planilha, subscrita por Domingos Mendes de Almeida, com valor total de 13.306,0 (treze mil trezentos e seis reais).

Verificou-se que à fl. 08 do procedimento administrativo, consta um documento intitulado “Parecer Jurídico”, estando ao final, subscrito pela Assessoria Jurídica Municipal, datado em 22.07.2016, e ainda, assinado, porém sem identificação.

Entretanto, consultando outros documentos, constatou-se que a assinatura do Parecer Jurídico trata-se da assinatura do Sr. Rondinelli Roberto da Costa Urias OAB/MT n.º 8016, o qual não pertencia ao quadro da Administração Pública do Município de Santa Rita do Trivelato.



O Sr. Rondinelli Roberto da Costa Urias OAB/MT n.º 8016 firmou com a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato-MT o IC n.º 049/2015 conforme exposto abaixo:



PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 049/2015 REFERENTE CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO / MT, E A EMPRESA RONDINELLI ROBERTO DA COSTA URIAS - ME.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 04.205.596/0001-17, com sede na Avenida Flavio Luiz, nº 2.202, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. Hugo Garcia Sobrinho, divorciado, agricultor, portador da Cédula de Identidade - Registro Geral 4.411.191-5 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o 748.627.828-68, residente e domiciliado no Município de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, à Rua Magester, quadra D, lote 11, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a empresa **RONDINELLI ROBERTO DA COSTA URIAS - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 03.697.944/0001-58 situada à Avenida Blumenau nº 3634, Bairro Bom Jesus, no município de Sorriso, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo proprietário o Senhor **Rondinelli Roberto da Costa Urias**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF 843.695.231-68, residente e domiciliado na Rua Margaridas, 1010, Alphaville, Sorriso - MT, neste ato denominada simplesmente **Contratada**, tendo em vista os termos do Processo de Licitação - Pregão Presencial 025/2015 e contrato original n.º 049/2015, ajustam e acordam celebrar o presente Termo Aditivo nos termos da Lei Federal 8.666/93, e suas posteriores alterações, e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Santa Rita do Trivelato/MT, 18 de Dezembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
HUGO GARCIA SOBRINHO
Prefeito Municipal
Contratante

RONDINELLI ROBERTO DA COSTA URIAS - ME
Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF Nº 340.543.891-41

NOME: _____
CPF Nº _____

Assim, o Parecer Jurídico assinado pelo Sr. Rondinelli subsidiou a dispensa de licitação fundamentado no art. 24, I, da Lei 8.666/93, que dispõe a respeito da dispensa de licitação para a contratação de obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo 23 da Lei 8.666/93, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

Verifica-se também que à fl. 33 do procedimento administrativo, consta o extrato de dispensa de licitação n.º 011/2016, publicado em 25.07.2016, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Ano XI n.º 2.526, conforme segue:



25 de Julho de 2016 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XI | Nº 2.526

terações contidas no artigo 1º da Lei Municipal de nº. 1.186 de 09 de Dezembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º. O Conselho de Previdência do Município de Rosário Oeste - MT, passará a vigorar com a seguinte composição:

Representantes do Poder Executivo

Dejair Roberto Liu Junior
Juscélia Medeiros de Souza

Representante do Poder Legislativo

Ciro Manoel de Toledo
Vera Maria de Abreu

Representante dos Segurados (Titulares e Suplentes)

Abgair Ruth da Silva Trigueiro – representante titular dos inativos
Eloy Schulz – representante titular
Jilsete Alves da Cunha – representante titular
Delma Botelho da Silva – representante titular
Douglas Botelho da Silva – representante suplente
Líria da Penha de Jesus – representante suplente

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou fixação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 22 de Julho de 2016.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALDUINO

CPF: 735.923.821-87
VALOR GLOBAL: R\$ 9.457,80 (nove mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos).
VIGÊNCIA: 03 (três) meses.
Santa Rita do Trivelato – MT, 20 de Junho de 2016.
HUGO GARCIA SOBRINHO
Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISPENSA Nº 011/2016

EXTRATO DE DISPENSA nº 011/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE CALÇADA, INSTALAÇÃO DE REFLETORES E PLANTIO DE GRAMA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA COMUNIDADE PACOVAL, EM SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso I, da Lei Federal nº. 8.666/93 c/c artigo 1º da Lei Municipal 494/2014.

CONTRATADA: JOSÉ OSVALDO DA SILVA E CIA LTDA, CNPJ Nº 13.639.902/0001-14

VALOR GLOBAL: R\$ 12.378,89 (doze mil trezentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, a partir da assinatura do contrato.

Santa Rita do Trivelato – MT, 22 de julho de 2016.

Hugo Garcia Sobrinho
Prefeito Municipal

3.1.1. DOS ACHADOS DE AUDITORIA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 011/2016

3.1.1.1. ACHADO 08: Parecer Jurídico emitido sem identificação, por pessoa estranha ao quadro da Administração Municipal

Irregularidade GB99. Licitação - Irregularidade referente à Licitação, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

3.1.1.1.1. Descrição do Achado

Parecer jurídico emitido sem identificação do responsável e por pessoa estranha ao quadro da Administração, contrariando o disposto no Parágrafo único do art. 38 da lei 8.666/93.

3.1.1.1.2. Situação Encontrada

Durante análise aos autos do processo de dispensa de licitação n.º 11/2016, a equipe desta SECEX-Obras constatou às fls. 09, a existência de um documento intitulado



“Parecer Jurídico”, estando ao final, datado e assinado, subscrito pela “Assessoria Jurídica Municipal” referente à dispensa de licitação fundamentada no artigo 24, inciso XI da Lei nº 8.666/93.

Entretanto, consultando outros documentos durante a inspeção in loco, a equipe técnica desta SECEX-Obras, constatou por semelhança que, este “Parecer Jurídico” foi assinado pelo Sr. Rondinelli Roberto da Costa Urias OAB/MT n.º 8016, e ainda, que o Sr. Rondinelli Roberto da Costa Urias não pertence ao quadro da Administração Pública.

Trata-se, portanto, de um documento elaborado por pessoa que não pertence à Assessoria Jurídica da Administração Pública Municipal de Santa Rita do Trivelato.

Conforme prevê a Lei Geral de Licitações, no parágrafo único do artigo 38 “As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”.

Ante o exposto, extraem-se reais efeitos de vícios que corrompem e comprometem o processo licitatório. Portanto, o achado de auditoria descrito neste tópico deverá ser objeto da manifestação do agente público a seguir responsabilizado uma vez que, caso não seja devidamente justificado, poderá ser classificado como irregularidade no ato de gestão, conforme disposições da Resolução Normativa nº 17/2010-TCE/MT.

3.1.1.1.3. Critérios de Auditoria

- ✓ art. 38, inc. VI da Lei nº 8.666/93 c/c parágrafo único;
- ✓ Acórdão n.º 1.944/2014 do Tribunal de Contas da União;
- ✓ Acórdão 265/2010 do Tribunal de Contas da União;
- ✓ Acórdão nº 77/2014-SC TCE/MT.

3.1.1.1.4. Evidências

- ✓ Processo de Dispensa de Licitação n.º 11/2016.



3.1.1.1.5. Efeitos

A Administração Municipal ao deixar de emitir o Parecer Jurídico a respeito da Dispensa de Licitação n.º 11/2016, além de descumprir as exigências do art. 38 Parágrafo único da Lei n.º 8.666/93 contribuiu para a ineficácia na fiscalização do certame licitatório.

3.1.1.1.6. Responsáveis

❖ HUGO GARCIA SOBRINHO – Ordenador de Despesas (ex-Prefeito)

Conduta: Permitir o prosseguimento de procedimento licitatório sem a existência de Parecer Jurídico conforme exigência do art. 38, § único da lei 8.666/93;

Nexo de Causalidade: A omissão do Sr. Hugo Garcia Sobrinho permitiu o prosseguimento da do Processo de Dispensa de Licitação n.º 11/2016 sem que o correspondente processo tivesse sido devidamente executado de acordo com o art. 38, § único da Lei 8.666/93 no que concerne ao prévio exame e aprovação mediante emissão de parecer jurídico da Assessoria Jurídica Municipal;

Culpabilidade: Era de se esperar que o Sr. Hugo Garcia Sobrinho, na qualidade de Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato e de autoridade homologadora do certame, permitisse somente o prosseguimento de certames licitatórios que estivessem de acordo com a Lei 8.666/93, observando, inclusive, se o procedimento licitatório foi devidamente aprovado e deliberado pela Assessoria Jurídica Municipal.

3.1.1.1.7 Síntese da defesa do Sr. HUGO GARCIA SOBRINHO (Doc. 29461/2019- Control-P)

Cargo: Ordenador de despesas

O Gestor afirma que o Parecer Jurídico foi emitido pelo Sr. Rondinelli Roberto da Costa Urias – OAB/MT 8016, cuja dispensa foi fundamentada na contratação de obras e serviços de engenharia de valor até 10% do limite previsto na alínea “a”, do inciso I do art. 24 da Lei n.º 8.666/93.

Ressalta que o parecerista não era pessoa estranha à Administração, já que sua empresa mantinha vínculo através do Contrato n.º. 049/2015 e que o Município não dispunha de servidor efetivo:



Registramos ainda que o Advogado que emitiu o parecer, ou seja, Rondinelli Roberto da Costa Urias – OAB/MT 8016, não era pessoa estranha a Administração Municipal, já que sua empresa mantinha vínculo através do Contrato nº 049/2015, que tinha objeto a **Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica.**

Denota-se que o município não dispunha de servidor efetivo no cargo de Procurador Jurídico, assim, tinha contrato com o referido profissional, razão pela qual, estando o mesmo devidamente habilitado e com registro na OAB/MT tinha vínculo com a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato.

Fonte: Fl. 15 do Doc. nº 29461/2019 – Control-P

Assim, o Defendente reafirma que existe parecer jurídico devidamente fundamentado e assinado por profissional que mantinha contrato de prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica para o Município e entende que o apontamento deve ser excluído da presente Tomada de Contas.

3.1.1.1.8 Análise de defesa - Sr. HUGO GARCIA SOBRINHO

A constatação inicial da Equipe Técnica refere-se ao fato de o Gestor permitir o prosseguimento de procedimento licitatório sem a existência de Parecer Jurídico conforme exigência do art. 38, § único da lei 8.666/93, o qual foi assinado por pessoa estranha à Administração.

Conforme já explanado no item 2.1.1.8 deste Relatório Técnico, salienta-se que as atribuições ordinárias, corriqueiras e permanentes de representação judicial e extrajudicial de assessoramento jurídico devem ser realizadas por servidor investido em cargo público, devidamente aprovado em concurso público, conforme Resolução de Consulta nº. 33/2013 - TCE/MT.

Ademais, extrai-se do Acórdão 1190/2015-TP desta Corte:

“Pessoal. Admissão. Advocacia pública. Atribuições contínuas e permanentes. Concurso público. As Atribuições de representação judicial e extrajudicial, de consultoria e de assessoramento jurídico, desempenhadas de forma contínua e permanente na Administração Pública, que não caracterizem direção, chefia ou assessoramento direto à autoridade nomeante, devem ser



realizadas por servidor concursado em cargo de provimento efetivo da carreira de advogado público”

Diante do exposto, do vício de legalidade, mantém-se a responsabilização do Sr. Hugo Garcia Sobrinho quanto ao achado 08: Parecer Jurídico emitido sem identificação, por pessoa estranha ao quadro da Administração Municipal.

Sugere-se, ao Relator, a aplicação de multa, ao Sr. Hugo Garcia Sobrinho, Gestor Municipal de Santa Rita do Trivelato-MT, na forma do artigo 286, inciso II, da Resolução nº 14/2007 - Regimento Interno do Tribunal de Contas.

3.2. DO CONTRATO N.º 31/2016

O Contrato n.º 031/2016 foi celebrado em 22.07.2016 entre a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato-MT e a empresa JOSÉ OSVALDO DA SILVA E CIA LTDA, CNPJ n.º 13.639.902/0001-14, tendo por objeto a Contratação de Empresa Especializada para Execução de Calçada, Instalação de Refletores e Plantio de Grama na Unidade Básica de Saúde da Comunidade Pacoval em Santa Rita do Trivelato-MT, pelo valor global de R\$ 12.378,89 (doze mil trezentos e setenta e oito reais e oitenta e nove centavos):

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE CALÇADA, INSTALAÇÃO DE REFLETORES E PLANTIO DE GRAMA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA COMUNIDADE PACOVAL EM SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1- Receberá a **CONTRATADA** pelos serviços citados na Cláusula Primeira, a importância de **R\$12.378,89 (doze mil trezentos e setenta e oito reais e oitenta e nove centavos)**, comprovada mediante nota fiscal e relatório dos serviços desempenhados.

O com prazo de vigência de 90 (noventa) dias a contar da data de assinatura, tendo sido o extrato do contrato publicado em 25.07.2016 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ANO XI n.º 2.526, e ainda, designado como fiscal do contrato, o Sr. Eduardo Pacheco Soares, conforme cláusula 11.1, do referido instrumento.



3.2.2. DA INSPEÇÃO IN LOCO

A equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura realizaram inspeção “in loco” no município de Santa Rita do Trivelato-MT (OS nº 015/2017) com fins de apurar possíveis irregularidades na contratação e execução das obras e serviços nos autos do processo n.º 42757/2017 que restou prejudicado por perda de Objeto.

Entretanto, dos trabalhos realizados pela equipe técnica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, restaram achados de auditoria, o qual segue.

Assim sendo, a equipe técnica promoveu o levantamento da real situação da obra, visando apurar a compatibilidade entre os serviços medidos e aqueles efetivamente pagos.

Restou verificado que não houve execução dos serviços integrantes da etapa “iluminação externa”. Já em relação ao serviço de plantio de grama restou constatado a execução de quantitativos menores do que aqueles medidos.

Assim sendo, restou evidenciado a prática de superfaturamento decorrente da medição sem a contraprestação de serviços no valor de R\$ 4.127,77.

3.2.3. DOS ACHADOS DA INSPEÇÃO IN LOCO

3.2.3.1. ACHADO 09: Superfaturamento por quantidade decorrente de pagamentos por serviços não executados e/ou executados em quantidades inferiores.

JB 02. Despesa Grave – Pagamento de despesas referente a bens e serviços em valores superiores ao praticado no mercado e/ou superiores ao contratado-superfaturamento por quantidade (art. 37, caput, da Constituição Federal).

3.2.3.1.1. Descrição do Achado

Pagamento de R\$ 4.127,77 sem a contraprestação de serviços.



3.2.3.1.2. Situação Encontrada

Durante a inspeção in loco realizada no município de Santa Rita do Trivelato-MT, a equipe desta Secex-Obras detectou, conforme demonstrado no Termo de Inspeção, que a empresa JOSÉ OSVALDO DA SILVA E CIA LTDA CNPJ N.º 13.639.902/0001-14 não executou os serviços integrantes da etapa “Iluminação Externa” bem como, realizou os serviços de plantio de grama em menor quantidade que aquelas contratadas. Entretanto, conforme já exposto, foram medidos e pagos 100% dos Serviços.

Assim sendo, restou verificada o pagamento de R\$ 4.127,77 sem a contraprestação de serviços.

3.2.3.1.3. Critérios de Auditoria

Foram utilizados pela equipe técnica, os seguintes critérios de auditoria para aferir a legalidade do procedimento licitatório:

- ✓ art. 63, § 2º, da Lei nº 4.320/1964;
- ✓ arts. 55, § 3º e 73, da Lei nº 8.666/1993.

3.2.3.1.4. Evidências

- ✓ Termo de Inspeção

3.2.3.1.5. Efeitos

A não contraprestação de serviços pagos gerou o enriquecimento sem causa da empresa JOSÉ OSVALDO DA SILVA E CIA LTDA, produzindo assim, dano ao erário no valor de R\$ 4.127,77.

3.2.3.1.6. Responsáveis

❖ ARIANA DIAS LIU KRINDGES

Conduta: Assinar planilha de medição com quantitativos incorretos.

Nexo de Causalidade: Ao assinar a Planilha de Medição, a Sra. Ariana Dias Liu Krindges atestou a execução de serviços e quantitativos que não foram efetivamente executados. Assim, contribuiu para que fossem realizados pagamentos a maior no montante de R\$ 4.127,77.



Culpabilidade: Era de se esperar que a Sra. Ariana Dias Liu Krindges medisse somente os serviços efetivamente executados.

3.2.3.1.7 Verifica-se que a Sra. ARIANA DIAS LIU KRINDGES – Fiscal da obra, foi citada mediante Ofício n.º 305/2019 (Doc. Control-P n.º 59898/2019), postado nos correios (Doc. n.º 76472/2019), que conforme “AR” dos correios foi devolvido com a informação “Ausente” em 03/04/2019, sendo citada também por meio de Edital de Citação n.º 263/ILC/2019, conforme certidão (Doc. Control-P n.º 83375/2019).

Entretanto, a interessada, apesar de devidamente citada via Ofício e via Edital, permaneceu inerte, motivo pelo qual o Exmo. Conselheiro Relator declarou revelia, com fundamento no Parágrafo Único do artigo 6º da Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Mato Grosso c/c o artigo 140, § 1º, da Resolução nº 14/2007 (Doc. Control-P nº. 128232/2019)

Assim, deve ser responsabilizada pelo dano causado ao erário municipal, no valor de R\$ 4.127,77 (quatro mil, cento vinte e sete reais e setenta e sete centavos).

❖ JOSÉ OSVALDO DA SILVA E CIA LTDA – EMPRESA CONTRATADA

Conduta: Receber pagamentos referentes a serviços e quantitativos que não foram efetivamente executados.

Nexo de Causalidade: A conduta da empresa, recebendo valores sem a efetiva contraprestação do serviço, foi fundamental para o resultado obtido, representando, para o erário, um dano no montante de R\$ 4.127,77.

Culpabilidade: Era esperado que a empresa executasse os serviços pelos quais foi contratada. Em caso de execução parcial, era esperado que a contratada recebesse somente valores correspondentes aos serviços efetivamente executados.



3.2.3.1.8 Verifica-se que após determinação de citação dos responsáveis pela Empresa José Osvaldo da Silva e Cia Ltda para que tomassem conhecimento e apresentassem as manifestações em face dos apontamentos imputados no Relatório Preliminar (Doc. Control-P nº. 229275/2018), procedeu-se a citação dos seguintes responsáveis:

3.2.3.1.8.1 Sr. Rafael Campos Moraes, mediante o Ofício n.º 306/2019 (Doc. Control-P n.º 59858/2019), postado nos correios (Doc. Control-P n.º 76473/2019), que conforme “AR” dos correios devolvida com a informação que “Mudou-se” em 28/03/2019, sendo citado também por meio de Edital de Citação n.º 262/ILC/2019, conforme certidão (Doc. Control-P n.º 83374/2019).

Apesar de devidamente citado, via Ofício e via Edital, permaneceu inerte, motivo pelo qual o Exmo. Conselheiro Relator declarou revelia, com fundamento no Parágrafo Único do artigo 6º da Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Mato Grosso c/c o artigo 140, § 1º, da Resolução nº 14/2007 (Doc. Control-P nº. 124299/2019);

3.2.3.1.8.2 Sr. José Osvaldo da Silva, mediante Ofício n.º 307/2019 (Doc. Control-P n.º 59928/2019), postado nos correios (Doc. Control-P n.º 76471/2019), que conforme devolução de “AR” dos correios foi devolvido com a informação de “Mudou-se” em 28/03/2019, sendo citado também por meio de Edital de Citação n.º 264/ILC/2019, conforme certidão (Doc Control-P. n.º 83378/2019).

Apesar de devidamente citado, via Ofício e via Edital, permaneceu inerte, motivo pelo qual o Exmo. Conselheiro Relator declarou revelia, com fundamento no Parágrafo Único do artigo 6º da Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Mato Grosso c/c o artigo 140, § 1º, da Resolução nº 14/2007 (Doc. Control-P nº. 128231/2019).

Assim, deve ser responsabilizada pelo dano causado ao erário municipal, no valor de R\$ 4.127,77 (quatro mil, cento vinte e sete reais e setenta e sete centavos).



4. CONCLUSÃO

Ante o exposto, após análise das defesas apresentadas, sugere-se ao Exmo. Conselheiro Relator os seguintes encaminhamentos:

- i. Dar provimento a defesa do Sr. Artêmio Spyperrekc – Presidente da CPL e afastar sua responsabilização em face ao Achado 1 - Descumprimento do artigo 38 da lei nº 8.666/93 (Irregularidade GB_13 Licitação Grave) evitando-se a ocorrência de *bis in idem*;
- ii. Aplicar as multas em face das demais irregularidades, com fundamento no art. 286 da Resolução Normativa nº 14/2007 – RITCE, conforme Quadro de Responsabilização;
- iii. Determinar a restituição ao erário estadual, pela Sra. Ariana Dias Liu Kringges (fiscal da obra) e pela empresa José Osvaldo da Silva Cia Ltda, representada pelos Srs. José Osvaldo da Silva e Rafael Campos Moraes, no montante de **R\$ 4.127,77** (quatro mil, cento e vinte e sete reais e setenta e sete centavos), data base Ago/2016;
- iv. Por fim, conceder, com base no §§ 2º e 3º, do artigo 141 do Regimento Interno do Tribunal de Contas - RITC, 5 (cinco) dias para que os responsáveis apresentem as suas **Alegações Finais** e, após, pela manifestação do Ministério Público de Contas sobre a matéria constante dos autos.

É o relatório.

Cuiabá-MT, 16 de agosto de 2019.

Mara de Castilho Varjão A. Pinheiro
Auditora Público Externo

Nilson José da Silva
Auditor Público Externo

Sílvio Silva Junior
Auditor Público Externo
Supervisor



5. QUADRO DE RESPONSABILIZAÇÃO

| Achados | Responsáveis | Sugestão de sanção |
|---|--|--|
| ACHADO 2: Ausência de Parecer Jurídico emitido pela assessoria jurídica da Administração nos autos do Processo da Tomada de Preços nº. 005/2016 IRREGULARIDADE GB 99 | Hugo Garcia Sobrinho Artêmio Spyperreck | Multa na forma do artigo 286, inciso II, da Resolução nº 14/2007 - Regimento Interno do Tribunal de Contas |
| ACHADO 3: Adjudicação do objeto e homologação do certame com propostas de preços com flagrante ilegalidade. IRREGULARIDADE GB 99 | Artêmio Spyperreck Hugo Garcia Sobrinho | Multa na forma do artigo 286, inciso II, da Resolução nº 14/2007 - Regimento Interno do Tribunal de Contas |
| ACHADO 04: Celebração de contrato com flagrante ilegalidade. IRREGULARIDADE HB 05 | Hugo Garcia Sobrinho | Multa na forma do artigo 286, inciso II, da Resolução nº 14/2007 - Regimento Interno do Tribunal de Contas |
| ACHADO 05: Dispensar indevidamente a licitação. IRREGULARIDADE GB 02 | Hugo Garcia Sobrinho Jenifer Lohmann | Multa na forma do artigo 286, inciso II, da Resolução nº 14/2007 - Regimento Interno do Tribunal de Contas |
| ACHADO 06: Contratação da empresa J. Paulino Construtora Ltda. – ME sem a realização do procedimento licitatório. IRREGULARIDADE GB 20 | Hugo Garcia Sobrinho | Multa na forma do artigo 286, inciso II, da Resolução nº 14/2007 - Regimento Interno do Tribunal de Contas |
| ACHADO 07: Inexistência de medições atestando a execução do serviço IRREGULARIDADE JB 03 | Hugo Garcia Sobrinho | Multa na forma do artigo 286, inciso II, da Resolução nº 14/2007 - Regimento Interno do Tribunal de Contas |
| ACHADO 08: Parecer jurídico emitido sem identificação, por pessoa estranha ao quadro da Administração Municipal IRREGULARIDADE GB 99 | Hugo Garcia Sobrinho | Multa na forma do artigo 286, inciso II, da Resolução nº 14/2007 - Regimento Interno do Tribunal de Contas |
| ACHADO 09: Superfaturamento por quantidade decorrente de pagamentos por serviços não executados e/ou executados em quantidades inferiores. IRREGULARIDADE JB 02 | Ariana Dias Liu Krindges José Osvaldo da Silva e Cia Ltda – Empresa Contratada | Ressarcimento ao Erário Municipal no valor de R\$ 4.127,77 (Data base Ago/2016). Multa na forma do artigo 286, inciso II, da Resolução nº 14/2007 - Regimento Interno do Tribunal de Contas |